



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE GEOGRAFIA**

**NOS MEANDROS DA COLONIZAÇÃO CHAPECOENSE:
A RESISTÊNCIA CAMPONESA TERRITORIALIZADA NO ASSENTAMENTO DOM
JOSÉ GOMES**

Janaína Gaby Trevisan

**CHAPECÓ
2018**

JANAÍNA GABY TREVISAN

**NOS MEANDROS DA COLONIZAÇÃO CHAPECOENSE:
A RESISTÊNCIA CAMPONESA TERRITORIALIZADA NO ASSENTAMENTO DOM
JOSÉ GOMES**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, como requisito para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Willian Simões

CHAPECÓ

2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Trevisan, Janaína Gaby

NOS MEANDROS DA COLONIZAÇÃO CHAPECOENSE: A
RESISTÊNCIA CAMPONESA TERRITORIALIZADA NO ASSENTAMENTO
DOM JOSÉ GOMES / Janaína Gaby Trevisan. -- 2018.
63 f.:il.

Orientador: Dr. Willian Simões.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Geografia-Licenciatura, Chapecó, SC , 2018.

1. Luta pela terra. 2. Mapeamento Social. 3.
Geografia Agrária. 4. Assentamento Dom José Gomes. 5.
Resistência Camponesa. I. Simões, Willian, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



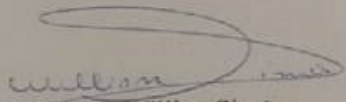
SERVICO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – *CAMPUS* CHAPECÓ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - LICENCIATURA

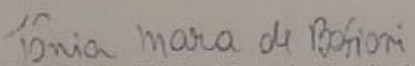
ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO

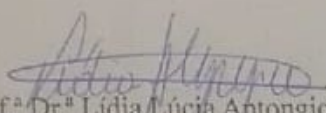
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

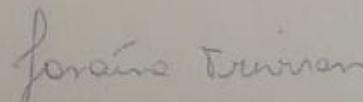
Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às dezesseis horas, na sala 204 Bloco B, do *Campus* Chapecó, da Universidade Federal da Fronteira Sul, reuniu-se a banca avaliadora do trabalho de conclusão de curso, constituída pelos professores: Prof. Dr. Willian Simões, presidente e orientador (UFFS), Prof.^a Me. Tânia Mara de Bastiani (UFSC) e Prof.^a Dr.^a Lídia Lúcia Antongiovanni (UFFS). O Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia, do estudante **JANAÍNA GABY TREVISAN**, intitulado: “**NOS MEANDROS DA COLONIZAÇÃO CHAPECOENSE: A RESISTÊNCIA CAMPONESA TERRITORIALIZADA NO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES**”, obteve a nota final 10,0.

O estudante deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em uma via digital em CD, e termo de cessão de direitos autorais, assinado, até o dia 15 de Dezembro de dois mil e dezoito, para a secretaria do curso de Geografia, na sala 238, bloco dos professores, do *Campus* Chapecó, das 08h às 17h.


Prof. Dr. Willian Simões
Presidente e Orientador


Prof.^a Me. Tânia Mara de Bastiani
Banca


Prof.^a Dr.^a Lídia Lúcia Antongiovanni
Banca


Janaina Gaby Trevisan
Estudante

AGRADECIMENTOS

O ciclo que aqui se encerra não seria possível sem o conforto e estímulo que encontrei em cada uma e em cada um que se fez presente nessa jornada. Agradeço às minhas ancestrais mulheres, minha avó Maria Ilária, minha mãe Raquel e minha irmã Caroline, por sempre estarem ao meu lado, me oferecendo os conselhos mais verdadeiros e sutis para tomar boas escolhas na vida e ao meu pai Eloi, que foi essencial em me dar forças para permanecer longe de casa desde o momento que cheguei em Chapecó, me orientando e me encorajando a enfrentar o mundo: o meu coração transborda de amor e gratidão por vocês. Ao Ronaldo, que além de me dar suporte emocional, foi meu companheiro de madrugadas de estudo, de leituras e produções, se doando intensamente para que tudo fosse possível, saiba que hoje as minhas conquistas também são suas. Ao professor e orientador Willian Simões, que não hesitou em facilitar caminhos para que os meus anseios acadêmicos encontrassem respostas, abrindo portas para possibilidades de prosseguir na luta por meio da Geografia e que sempre fora extremamente receptível nas orientações, nos diálogos e nos conselhos. À Gisele, que além de excelente professora, se tornou uma grande amiga, sendo uma de minhas grandes inspirações para continuidade da vida acadêmica. À professora Adriana, que me ensinou a refletir cautelosamente sobre todas as situações da vida, dentro e fora da sala de aula. Ao professor Igor, que aceitou participar de momentos imprescindíveis para minha formação acadêmica, apontando sugestões de melhorias para alcançar os resultados almejados. Um agradecimento especial também à professora Annelise, que me oportunizou a aproximação com a docência em sala de aula, permitindo que eu pudesse reafirmar meu compromisso geográfico na educação básica e enxergar a Geografia a partir do olhar das crianças. Às professoras que aceitaram a participação na banca: professora Lídia, que igualmente deixou sua marca em minha construção acadêmica, com reflexões tão pertinentes em Geografia Rural, estimulando ainda mais meu apreço pela Geografia Agrária e à Tânia, professora e amiga, que me possibilitou idas ao Assentamento que foram essenciais para o alcance dos resultados desse trabalho, além das conversas, do carinho e de todo aprendizado que tive nesses dias de pesquisa. Agradeço infinitamente ao Álvaro e a Geneci, que representando o Assentamento Dom José Gomes, me receberam de braços abertos e me oportunizaram a construção dessa pesquisa, não medindo esforços em programar seus dias e horários para que pudéssemos conversar e elaborar juntos, condições de encaminhar o trabalho. Minha gratidão especial a vocês. Não posso deixar de agradecer também, aos amigos da vida, Amanda, Carla, Ericks, Emanuelle, Isabel e Victor, que não estiveram diretamente ligados à pesquisa, mas que

sempre estiveram diretamente envolvidos em me oferecer o verdadeiro sentido de preservar boas pessoas na caminhada. Às pessoas queridas que a Geografia me presenteou ao longo desses semestres e que me incentivaram a continuar na luta, com importantes apontamentos, em especial ao Gerson, Lucas, Alexandre e João e à Shara. E ainda, à “cúpula”, formada por mim, Ísis e Vivi e pelos meninos Ronaldo, Vitor, Murilo e Cauã, que, embora tenhamos cruzados os caminhos nos meus últimos passos pela UFFS, tenham a certeza que sem vocês a reta final teria sido muito mais difícil, obrigada pelo o que cada um de vocês somou nessa caminhada, não cabe em mim tanta gratidão e alegria por esse encontro. Por fim, agradeço a todos os espaços de formações acadêmicas e políticas, tais como o Centro Acadêmico de Geografia, demais eventos e trocas de experiências que aguçaram em mim o interesse de estudar, compreender e questionar os cenários que se apresentam hoje, na tentativa de dar voz e vez aos verdadeiros protagonistas que vem geo-grafando nossa sociedade.

*“Há homens que lutam um dia e são bons;
Há outros que lutam um ano e são melhores;
Há os que lutam muitos anos e são muito bons;
Mas há os que lutam toda a vida,
Esses são os imprescindíveis.”*

Bertolt Brecht

TREVISAN, J.G. **NOS MEANDROS DA COLONIZAÇÃO CHAPECOENSE: A RESISTÊNCIA SEM TERRA TERRITORIALIZADA NO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Geografia – Licenciatura. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2018.

Resumo

A ciência geográfica, a partir de seu campo teórico-epistemológico, pode contribuir na construção de uma consciência política e sobre práticas territoriais organizativas próprias das dinâmicas que marcam as lutas por terra no Brasil e a produção de territórios de vida e esperança. No contexto das lutas e (re)existências que marcam a Questão Agrária Brasileira, neste estudo, destaca-se a emergência do Assentamento Dom José Gomes como elemento central de nossos estudos, análises e reflexões. O Assentamento está localizado em Chapecó (Oeste de Santa Catarina), região marcada pela hegemonia do modelo de desenvolvimento capitalista fortemente verticalizado, com destaque ao fortalecimento das agroindústrias de aves, suínos e leite, que impuseram um novo ritmo de vida e produção nesse espaço. Assim, considerando marcos históricos e geográficos de vida e da produção territorial do referido município, por meio da pesquisa-ação participativa e da elaboração de um mapeamento social e colaborativo, sustentaremos a compreensão de que parte do Assentamento Dom José Gomes se apresenta na atualidade como resistência social, política e territorial, contribuindo como espaço-dispositivo de descolonização de uma perspectiva moderno-eurocentrada-capitalista-colonial que ditou a lógica colonizadora do território. O recorte no Assentamento Dom José Gomes evidencia a necessidade de analisar o espaço chapecoense a partir de outra ótica: aquela que é antagônica ao modelo de sociedade tido como hegemônico e arraigado no território através das marcas colonizadoras que só visam o desenvolvimento se forem seguidos os valores antecessores. Nesse sentido, sustenta-se a compreensão de que territorialidades específicas do Assentamento Dom José Gomes se organizam de maneira a refutar essa lógica, ainda que relativamente, em um movimento insurgente que é tecido pelo protagonismo dos assentados da reforma agrária ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na produção de seus territórios de vida, contrastando com a ideia de que só é possível o progresso na região obedecendo a um único modelo de vida. O Assentamento, desta forma, pode ser visto como sendo uma curva acentuada na linearidade colonial que existe em Chapecó, mas que é invisibilizada em razão do cotidiano chapecoense ter adotado uma dinâmica de vida regida, também, pelo modelo coronelista-capitalista que possui entre seus pilares os fundamentos do agronegócio praticado.

Palavras-chave: território de vida; resistência camponesa; luta pela terra; mapeamento social e colaborativo, Assentamento Dom José Gomes.

Resumen

La ciencia geográfica, a partir de su campo teórico-epistemológico, puede contribuir en la construcción de una consciencia política y sobre sus prácticas territoriales ordenativas propias de las dinámicas que marcan las luchas por tierra en Brasil y la producción de territorios de vida y esperanza. En los contextos de luchas y (re)existencias que marcan la *Cuestión Agraria Brasileña*, en este estudio, se destaca la urgencia del Asentamiento Dom José Gomes como elemento central de la investigación, análisis y reflexiones. El Asentamiento se localiza en Chapecó (Oeste de Santa Catarina), región marcada por la hegemonía del modelo de desarrollo capitalista fuertemente vertical, el cual fortalece a las agroindustrias de aves, porcina y leche, que le imponen un ritmo de vida y producción a ese espacio. Así, considerando los marcos históricos y geográficos de vida y producción territorial de esta ciudad, por medio de la investigación-acción participativa y de elaboración de la mapeación social y colaborativa, sostenemos la comprensión de que parte del Asentamiento Dom José Gomes se presenta en la actualidad como resistencia social, política y territorial, contribuyendo como espacio-dispositivo de descolonización de una perspectiva moderno-eurocéntrica-capitalista-colonial, que ha dictado la lógica colonizadora de territorio. El recorte en el Asentamiento Dom José Gomes surge ante la necesidad de analizar el espacio chapecoense desde otra óptica: aquella que es antagónica al modelo de sociedad hegemónico y arraigado al territorio, a través de marcas colonizadores que consideran al desarrollo solamente si este sigue los valores antecesores. En este sentido, se plantea que las territorialidades específicas del Asentamiento Dom José Gomes se organizan de modo a rechazar esa lógica, aunque relativamente, en un movimiento insurgente que es tejido por el protagonismo de los asentados de la reforma agraria, vinculados al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, en la producción de sus territorios de vida, resultando en un contraste frente a la concepción de que el progreso solamente se hace posible obedeciendo un único modelo de vida. De esa manera, es posible observar el Asentamiento como una curva acentuada en la linealidad colonial que existe en Chapecó y, sin embargo, es invisibilizada debido al hecho de que cotidiano chapecoense ha adoptado una dinámica de vida que es regida, también, por el modelo coronelista-capitalista, que posee entre sus pilares los fundamentos del agronegocio practicado.

Palabras-clave: territorio de vida; resistencia campesina; lucha por la tierra; mapeación social colaborativa; Asentamiento Dom José Gomes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Monumento “O Desbravador”	15
Figura 2 – Mural “O Ciclo da Madeira”.....	15
Figura 3 – Bispo Dom José Gomes.	30
Figura 4 – Localização de Chapecó em escala nacional e regional e localização da Linha Água Amarela em Chapecó.....	34
Figura 5 – Área da Linha Água Amarela onde está localizado o Assentamento (sem identificação no mapa).....	366
Figura 6 – Roda de diálogo e oficina de elaboração da linha do tempo.....	377
Figura 7 – Acampamento Dom José Gomes.	388
Figura 8 – Acampamento Dom José Gomes.	388
Figura 9 – Escola Milton Santos.	40
Figura 10 – Escola Milton Santos.	40
Figura 11 – Mapa Social do Assentamento Dom José Gomes.....	46
Figura 12 – Criação de pecuária convencional no Assentamento.....	48
Figura 13 – Propriedade em fase de certificação de produção agroecológica.....	48
Figura 14 – Produção de banana agroecológica.	49
Figura 15 – Espaço comunitário do Assentamento Dom José Gomes.....	50
Figura 16 – Realização de celebração - Festa da Conquista, em 11 de novembro de 2018.....	51
Figura 17 – Exposição do mapa na Festa da Conquista, em 11 de novembro de 2018.....	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A IDEOLOGIA DO DESBRAVADOR, A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC E O ESPÍRITO DE DOM JOSÉ GOMES	14
2.1	MARCOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC E AS BASES DA IDEOLOGIA DO DESBRAVADOR .	16
2.2	A QUESTÃO AGRÁRIA NO OESTE DE SANTA CATARINA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	24
2.2.1	Dom José Gomes: o bispo dos sem-terra	29
3	ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES: R-EXISTÊNCIA CAMPONESA E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE VIDA	33
3.1	OCUPAR E RESISTIR: DE ACAMPADOS À ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA.....	36
3.2	A CARTOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE DO TERRITÓRIO DE VIDA.....	42
3.3	DEZ ANOS DE ASSENTAMENTO: ENTRE A IDEOLOGIA DO DESBRAVADOR, A R-EXISTÊNCIA E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	52
4	PARA FINALIZAR	57
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

1 INTRODUÇÃO

O meandro de um rio corresponde à curva acentuada que o curso hídrico sofre no seu percurso, podendo essa ser responsável por alterar seu caminho, seu volume de água e sua forma original. Um meandro se origina e evolui devido à força dinâmica do fluxo fluvial e pode, ainda, fazer com que a corrente fluvial o deixe de utilizar, passando a fluir pela via menos tortuosa. Consequentemente, o meandro deixa de fazer parte daquele/desse caminho.

O Assentamento Dom José Gomes, nessa perspectiva, assumiu papel de meandro diante dos (des)caminhos que a colonização coronelista desenhou em Chapecó - Santa Catarina. Essa curva de resistência, que se formou através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no oeste catarinense, questiona e contraria a lógica de desenvolvimento capitalista hegemônico que se configurou na região, muito mais potente a partir da década de 70. O Assentamento, que não se encaixa no cenário moderno-colonial-eurocentrado-capitalista de Chapecó, é compreendido nesta pesquisa como um meandro no rio, que na vida real deixa de pertencer ou passa a ser ignorado propositalmente no território.

Neste trabalho, partimos do pressuposto que na sua origem, em seu processo de territorialização, o Assentamento Dom José Gomes pode ser visto como resultado de movimento de resistência social, política e territorial, se apresentando como território alternativo decolonial ao processo de desenvolvimento capitalista vertical que fortalece, principalmente, o agrohidronegócio¹ representado pelas agroindústrias de aves, suínos e leite, instaladas na região, amarradas à Ideologia do Desbravador e do valor moral do trabalho que se prega no oeste de Santa Catarina. Além dos vestígios colonizadores, a ausência de uma Reforma Agrária efetiva, a proximidade com a cidade e outros percalços desse caminho, tensionam a questão agrária na região.

Diante do atual cenário político brasileiro e em face a essa trama de relações que se estabelece no território, a proposta dessa pesquisa é refletir sobre a presença de sujeitos e territorialidades contra-hegemônicas, o que implica também discutir as questões de luta e função social da terra, a resistência da identidade dos Sem Terra² e seus debates na

¹ Conceito pelo qual se entende que “as ações do capital agroindustrial, se territorializam em diferentes áreas do Brasil, detendo também o controle dos recursos hídricos” (MENDONÇA, CARNEIRO, 2016).

² De acordo com CALDART (2003, p. 51), “identidade de Sem Terra, assim com letras maiúsculas e sem hífen, como um nome próprio que identifica não mais sujeitos de uma condição de falta – não ter terra (sem-terra) – mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos, e que coloca cada Sem Terra, através da sua participação do MST, em um movimento bem maior que ele”.

contradição do capitalismo histórico, bem como a precarização dos direitos sociais que são impostos no que podemos denominar de territórios de estigma.

No ensejo de visibilizar a formação territorial e a existência de práticas sociais/produativas do Assentamento Dom José Gomes, como uma força contra-hegemônica ao desenvolvimento agrário capitalista, procura-se, de modo síncrono às relações espaço-tempo-território e sociedade-natureza discutidas na Geografia, demonstrar parte da ontologia proposta pelos assentados do Dom José Gomes, bem como do próprio MST. Além disso, propõe-se preconizar esse movimento de resistência em contraposição à capitalização da ordem da cultura, ainda presente e expressiva na prática capitalista e nas agroindústrias do espaço chapecoense.

As estratégias metodológicas adotadas para apreensão da realidade constituem levantamento e análise de fontes literárias, documentos e imagens, trabalhos de campo envolvendo os primeiros contatos com os Assentados, rodas de diálogo, oficina de rememoração (ou linha do tempo) e oficinas de proposição para elaboração cartográfica de um mapa social temático, ou ainda, uma contra-cartografia, expressão que remete a um tipo de cartografia que busca visibilizar o território em questão, construída com a participação dos Assentados. A elaboração do mapa é resultado da pesquisa como instrumento de reafirmação territorial e social do Assentamento. Salientamos que:

[...] a prática de mapeamentos participativos pode estar associada a grupos sociais tradicionalmente excluídos do processo de produção de mapas, que passam a questionar as representações oficiais dos territórios em que vivem. Com o intuito de criar representações coletivas sobre o território, estas experiências apresentam-se como possibilidade de afirmação de territorialidades e identidades particulares, como busca de visibilidade frente aos processos que os invisibilizam. (ROCHA, p. 48, 2015).

Dessa maneira, o trabalho está organizado em duas etapas, ligadas entre si durante toda a fase de desenvolvimento da pesquisa: a primeira etapa sintetiza uma discussão sobre os marcos histórico-geográficos da formação territorial do município de Chapecó, diante do que foi e do que ainda é o que estamos denominando de *Ideologia do Desbravador* e seus determinados marcos civilizatórios, pautados em um discurso de desenvolvimento que subalterniza e invisibiliza indígenas, caboclos, Sem Terra e demais comunidades tradicionais presentes no território.

Em contrapartida a essa formação territorial, o presente trabalho contraria o discurso que sustenta essa lógica, demonstrando a presença de sujeitos insurgentes, a exemplo da figura de Dom José Gomes e sua força simbólica para a constituição do Assentamento que

leva seu nome. Evidencia-se, ainda, a questão agrária no oeste de Santa Catarina, sobre como os problemas da má distribuição de terras e da ausência da Reforma Agrária, bem como a hegemonia do agrohidronegócio atingiram (e ainda atingem) o interior de Santa Catarina, incluindo nesse processo, o Assentamento Dom José Gomes.

A segunda parte foi destinada à compreensão da construção da identidade dos Sem Terra em meio ao contexto político-social excludente e conservador que se corporificou e se materializou, simbolicamente, em Chapecó, bem como da produção de territórios de vida diante da apropriação capitalista da terra. Com a participação dos assentados, foi tecida uma linha do tempo histórico-geográfica do Assentamento, rememorando marcos, conquistas, desafios e demandas resultantes da luta pela terra, desde a fase de Acampados até a transição e posterior consolidação em Assentados. Essa recapitulação foi possível através do exercício da *linha do tempo*.

Além disso, o desfecho dessa pesquisa resultou na elaboração do que estamos entendendo ser uma contra cartografia, isto é, a elaboração de um mapa social, desenvolvido com a marcação de símbolos e elementos geográficos que são importantes para os próprios Assentados, representações que identificam e reafirmam o território de acordo com aquilo que importa à luta do Assentamento Dom José Gomes. Assim, o que se compreende como a elaboração de um mapa colaborativo, traz consigo o intuito de contribuir na (re)afirmação da comunidade e sua vida no território. O mapa foi construído a partir dos croquis que os Assentados elaboraram inicialmente a mão, resultando em três croquis (uma vez que o Assentamento está estruturado em três núcleos e cada núcleo contou com um grupo responsável pela elaboração). Após, os três desenhos foram unidos para a elaboração da cartografia final desenvolvida em um software. Nesta etapa, discutimos também sobre as contradições e sobre as rachaduras que têm debilitado, em partes, a permanência e a reafirmação da identidade Sem Terra, tais como a proximidade do Assentamento com o perímetro urbano e a transversalidade perversa com a qual o capitalismo tem cerceado os modos de produção e de vida dos Assentados.

As considerações finais reforçam o lugar do MST no Oeste catarinense e dos movimentos sociais como um todo, demonstrando a importância da resistência camponesa no sentido de romper com a lógica colonialista na região, através das territorialidades produzidas e ressignificadas no Assentamento. Discute-se ainda sobre os paradoxos que fragilizam a solidez da luta do movimento Sem Terra em Chapecó e sobre os desafios da construção de um projeto de reforma agrária popular.

2 A IDEOLOGIA DO DESBRAVADOR, A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC E O ESPÍRITO DE DOM JOSÉ GOMES

A configuração do espaço chapecoense pode ser compreendida através de uma conformação de território em litígio, isto é, um espaço de constantes disputas, sejam elas sociais, políticas ou econômicas, se é que um elemento pode estar dissociado do outro quando nos referimos a uma trama de formação territorial tão emaranhada quanto foi a que aqui se estabeleceu. Os marcos temporais que narram a espacialização de Chapecó no oeste de Santa Catarina tendem a contar a história desse território através da perspectiva dos colonizadores-desbravadores, chegada que evidencia a ruptura e a construção de outra Chapecó, não aquela Xapecó³ vivida por caboclos e indígenas que precedem o ano de 1917.

Comemoram-se, neste ano, 101 anos de colonização de Chapecó. Nossas lentes teórico-metodológicas nos permitem afirmar que se comemoram 101 anos de silêncio e anulação de indígenas, caboclos e de outras formas de vida que não àquelas ligadas à lógica coronelista, dentre elas, sujeitos sociais e comunidades tradicionais, o que engloba os Assentados da Reforma Agrária e sua atuação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse centenário, silenciam-se os 68 anos das trágicas noites que marcaram um emblemático linchamento (HASS, 2003) – como veremos ao longo do texto. Comemoram-se 101 anos do que estamos denominando de Ideologia do Desbravador, ideia atrelada à de conquistador, “aquele que venceu a natureza inóspita e com seu trabalho plantou o progresso, que só pode ser associado aos de origem, como uma de suas virtudes étnicas” (RENK, 2004, p. 33). Segundo Renk (2004, p. 31),

[...] as consequências dessa colonização implicou em rumos diferentes pelos diferentes grupos que aqui confrontaram, atribuindo aos colonizadores a maior possibilidade de terem voz e vez para falarem de si, de seus feitos, de marcarem suas fronteiras, e de lutarem para imposição destas como as fronteiras legítimas.

Esses são alguns elementos que superestimam a colonização aqui preconizada, principalmente pela Colonizadora Bertaso S/A que iniciou suas atividades no município de Chapecó em 1918 (VICENZI, 2006). Determinados marcos são cultuados na paisagem do

³ De acordo com informações do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM, 2016) encontradas no site da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ), até o dia 23 de julho de 1947 o nome do município se escrevia com “X” (Xapecó). “Xapecó” procede da língua indígena e a justificativa da mudança se deu porque a língua portuguesa é derivada do latim e são poucas palavras que iniciam com a letra X. As palavras que procedem da língua indígena são escritas, em sua maioria, com X. No entanto, os índios que aqui viviam, não possuíam linguagem escrita.

município de diversas maneiras: nomes de ruas, praças, estabelecimentos comerciais e institucionais, estátuas (Figura 01), representações em murais (Figura 02) (como o do Ciclo da Madeira, na Praça Central, por exemplo), monumentos e etc, todos dispostos, de acordo com Côrrea (2005), por e para um sentido político, expressando mensagens ligadas à celebração, contestação ou memorialização, podendo gerar diversas interpretações.

Figura 1 – Monumento “O Desbravador”.



Fonte: Arquivo pessoal de Janaína Gaby Trevisan (2018).

Figura 2 – Mural “O Ciclo da Madeira”.



Fonte: Arquivo pessoal de Janaína Gaby Trevisan (2018).

Todavia, compreendemos a existência de uma produção subalternizada de sujeitos e de uma história de Xapecó, que fora selada até dos próprios topônimos que se atribuíam a um enredo dissonante àquele que se dita como único e verdadeiro, o da Ideologia do Desbravador. E é essa miríade de produção e (re)significação do espaço que queremos desmembrar da territorialização de Chapecó, de forma a contextualizar a história do município evidenciando outras faces, através das lutas e resistências de protagonistas indígenas, caboclos e movimentos sociais, demonstrando como essas locuções refletem ainda hoje na constituição e na consolidação de territórios e territorialidades de luta contra-hegemônica e engrossam o caldo da Questão Agrária brasileira.

Em oposição a essa ordem de colonização violenta e seletiva, neste momento, consideramos o Assentamento Dom José Gomes como um movimento incisivo na configuração de territórios alternativos, tomados da verdadeira bravura e coragem no enfrentamento político-social à elite econômica chapecoense, amarrada aos traços coronelistas, que condicionou neste processo todo, inclusive, a abertura e hegemonização do agrohidronegócio em Chapecó. Destacamos, também, o trabalho e a personalidade do Bispo Dom José Gomes, que materializou no território a reprodução de vida de maneira a lutar pelos pequenos agricultores e pelo próprio movimento Sem Terra, diferente da posição da Igreja, que no período de colonização, esteve ao lado da elite chapecoense, incentivando e favorecendo projetos capitalistas fortalecidos pelos colonizadores (HASS, 2003).

Propomo-nos a compreender a formação territorial de Chapecó-SC a partir do que Renk (2004) denominou como *narrativas da diferença*, através de marcos histórico-geográficos e de caminhos metodológicos que fizeram sobressair voz e visibilidade aos Assentados do Assentamento Dom José Gomes que fora, desde o ponto de vista aqui defendido, propositalmente invisibilizado em comemorações do centenário.

2.1 MARCOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC E AS BASES DA IDEOLOGIA DO DESBRAVADOR

Pode-se dizer que há uma hegemonia discursiva presente no tecido social chapecoense de que “a história de Chapecó está intimamente ligada à bravura dos desbravadores e colonizadores que tornaram o município a Capital do Oeste”. Esta é a frase, em destaque categórico, que dá início à contextualização da origem da formação territorial de Chapecó nos

textos da página eletrônica da Câmara Municipal de Chapecó⁴. Vestígios da colonização e do espírito desbravador ainda estão fortemente associados aos projetos desenvolvimentistas e reacionários presentes no município, uma vez que as empresas colonizadoras, além de ordenar socialmente a produção do território, condicionaram a abertura de segmentos econômicos (tais como os frigoríficos, que serão abordados adiante) que contaram e ainda contam com alinhamentos políticos.

Para entender a problemática que gira em torno da territorialização do Assentamento Dom José Gomes, em meio aos (des)caminhos da colonização de Chapecó, entendendo o MST como um movimento antagônico àquele que propõe a instalação e o fortalecimento das agroindústrias e tantas outras pautas sociais, que serão costuradas na discussão ao longo do texto, optamos, neste primeiro momento, de forma fluida e encadeada, refletir sobre geografizações do espaço no século XIX e XX, onde a trama de distribuição, ocupação e apropriação de terras na região - já habitadas por povos nativos e indígenas - ganham maiores proporções de disputa.

Há quem referencie que o primeiro momento de ocupação e exploração econômica do território onde hoje se encontra Chapecó foi impulsionado em função da chegada de uma frente agro-pastoril vinda do norte, relacionada a invasão⁵, por volta de 1839, dos chamados Campos de Palmas,

[...] os quais vinham sendo procurados havia tempo por fazendeiros que já tinham ocupado os campos de Guarapuava. Dessa forma, graças à demanda dos pecuaristas guarapuavanos por novas áreas de pastagem, grandes porções do atual oeste catarinense começaram a ser ocupadas por fazendas de criação. (CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2012).

Essa narrativa inclui, ainda, que a expansão dessas atividades incentivou a abertura de uma estrada, ou dos caminhos das tropas, que ligasse os Campos de Palmas à região missioneira do Rio Grande do Sul (XAVIER, 2016). Conforme a história municipal, a construção desse caminho contou com importante participação do índio Vitorino Condá, Cacique Kaingang que se relacionava bem com os novos povoadores brancos e apaziguou os indígenas que habitavam os locais por onde a estrada de tropas passaria atualmente. Ressalta-se que o papel do indígena Vitorino Condá, condicionando a abertura dos caminhos de tropas, reforça um dos elementos relacionados a Ideologia do Desbravador, pois o papel do Cacique

⁴ História de Chapecó. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.cmc.sc.gov.br/2012/index.php/o-municipio>>.

⁵ SOUZA (2014) denomina esse processo de invasão pela expansão luso-brasileira, uma vez que a área que compreende os Campos de Palmas já era habitada por indígenas Kaingang.

nas biografias⁶ está colocado como um aliado ao colonizador e a expansão luso-brasileira que aqui se efetivou e não de fato aos anseios dos povos indígenas.

Apesar do posicionamento do indígena Vitorino Condá, na Chapecó da atualidade, podemos evidenciar que espaços públicos e identificação de rua foram renomeados de “Rua Índio Condá” e “Arena Índio Condá” para “Rua Condá” e “Arena Condá”, isto é, descaracterizou-se a etnia indígena das referências e a palavra índio foi anulada dos topônimos, o que também caracteriza mais um dos elementos que constituem a Ideologia do Desbravador. Aqui, a referida ideologia se reforça por duas questões: i) a retirada do termo “índio”, porque invisibiliza as raízes originárias; ii) e pelo reforço de Condá, alguém que para uma parte da literatura foi considerado um traidor indígena.

Renk (2004) destaca que anterior à abertura dos caminhos das tropas, nos mapas, a região em estudo – que passou a ser denominada de “Oeste catarinense”, a partir dos anos vinte do século passado – constava como zona desconhecida e/ou despovoada, sinônimo de área inóspita do limítrofe com a Argentina.

Outra atividade que se destacou no Oeste catarinense, de acordo com RENK (2004), foi a da extração da erva-mate e da madeira, fato que atraiu, na segunda metade do século XIX, a pretensão da Argentina de estabelecer colônias nos ervais localizados às margens do rio Uruguai, o que preocupou as autoridades brasileiras. Por se tratar de área habitada, despolicida e abandonada pelas autoridades e, na tentativa de incorporar ao Brasil as terras do Oeste, no final no século XIX, foi instalada a Colônia Militar do Chapecó (RENK, 2004). A instalação da referida colônia militar, em Xanxerê, no ano de 1882 foi um dos motivos que assegurou o território do Oeste catarinense ao Brasil, bem como à Santa Catarina, na posterior disputa com o Paraná (XAVIER, 2016).

Depois de solucionada a questão de litígio com a Argentina, a área integrada ao território brasileiro passa a ser disputada entre Paraná e Santa Catarina, desencadeando o que ficou conhecida como “Guerra do Contestado” (22 de outubro de 1912 a agosto de 1916). Chapecó era um dos territórios em disputa, que desencadearam um conflito armado entre a população nativa (ou sertaneja) e os poderes estaduais e federal brasileiro, numa região rica em erva-mate e madeira (XAVIER, 2016). Segundo Xavier (2016, p. 29-30):

[...] a região fronteira entre os Estados do Paraná e Santa Catarina - que já era motivo de litígio e disputa jurídica - presenciava agora um conflito armado de

⁶ Ver “A invasão das terras Kaingang nos Campos de Palmas. O processo contra a liderança indígena Vitorino Condá (1839-44)” de Almir Antonio de Souza (2014).

grandes proporções, devido ao fato da população local contestar a doação de terras que o governo brasileiro fizera à empresa americana *Brazil Railway Company*, como pagamento de obras do trecho catarinense da Estrada de Ferro de São Paulo - Rio Grande, iniciada em 1906. A empresa recebeu do governo 15 km de cada lado da ferrovia e iniciou - por meio de sua subsidiária *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* - a desapropriação de 6.696km² de terras ocupadas já há muito tempo por caboclos e moradores que viviam na região, motivando os graves conflitos e a maior guerra do gênero no Brasil.

O conflito em questão teve seu final decretado em 20 de outubro de 1916, pelo então presidente do Brasil, Wenceslau Braz, que conduziu um acordo entre as partes, partilhando o território entre Santa Catarina e Paraná (XAVIER, 2016). Posterior ao acordo dos limites, em 1917, Santa Catarina assegurou a incorporação do território através da criação de quatro municípios: Porto União, Mafra, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó (RENK, 2004). É a partir desse momento que confrontamos a história a fim de enaltecer a resistência e os territórios alternativos de vida diante da frente colonizadora.

A referência espacial do Oeste catarinense, no início da década de 1910, era tida como um grande vazio demográfico, não incluindo a presença dos já moradores originários da região: indígenas e caboclos⁷. Por ser desabitada aos olhos do restante do Estado, inclusive do próprio Governador, era considerada uma região de sertão. As multinacionais aqui instaladas apoiaram a ideia de outras empresas colonizadoras particulares à incorporação da área e incentivo a colonização, com a vinda de pequenos produtores migrantes (RENK, 2004), em sua maioria ítalo-brasileiros, a partir de 1920. A Colonizadora Bertaso S/A, de responsabilidade de Ernesto Serafim Bertaso, “trouxe mais de oito mil famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina” (HASS, p. 67, 2000). Ernesto, imigrante italiano, comprou o título de militar (coronel) da Guarda Nacional, adquirindo nacionalidade brasileira.

A chegada desses migrantes, caracterizados como colonos⁸, conformou no município, em 1917 até a década de 30 e 40, um forte mandonismo, que se identifica com aspectos do coronelismo brasileiro (HASS, 2000). Isso porque a política, bem como a “ordem e o controle social”, neste período, estavam majoritariamente nas mãos de coronéis e pessoas ligadas a eles, era um tipo de “dominação que tinha por base a supremacia econômica, as ligações de

⁷ De acordo com Gerhardt (2012, p. 243), “Caboclo é um dos nomes dados ao povo que descendeu do cruzamento de luso-brasileiros pobres, de indígenas e de africanos vindos ao sul como escravos. Ele também era chamado de brasileiro, nacional, moreno, pelo duro ou ‘pessoa de cor’. A ele foram associados, preconceituosamente, atributos como: pobre, preguiçoso, intruso e posseiro. Por outro lado, a historiografia tem denominado esta população de trabalhadores livres, lavradores nacionais, lavradores pobres ou camponeses nacionais, em um esforço conceitual de inclusão”.

⁸ O termo colono remete aos agricultores descendentes de europeus que chegaram no Oeste de Santa Catarina (RENK, 2004).

parentesco e os laços de dependência” (HASS, p. 14, 2000). Esses elementos é que, de forma entrelaçada, vão constituindo o que denominamos de Ideologia do Desbravador.

Nossa compreensão é que a dominação e a Ideologia do Desbravador foram se consolidando, na medida em que a narrativa hegemônica passou a reforçar sistematicamente, que o processo de colonização e de formação do território do município de Chapecó foi sendo cunhado por uma frente colonizadora que pregava um discurso de desenvolvimento, subalternizando e invisibilizando indígenas, caboclos, posseiros e sujeitos que eram produzidos como pobres, atrasados, ligados ao passado que precisava ser modernizado. Destaca Renk (2004) que coube às companhias colonizadoras que atuaram na região, além da arregimentação dos colonos,

[...] a “limpeza da área”, ocupada por posseiros brasileiros, para “não prejudicar os colonos”. Não bastava retirar os ocupantes das terras a serem vendidas, também era necessário afastá-los das áreas próximas. Estas eram vistas como não-aproveitáveis, pela criação de animais soltos, no sistema dos brasileiros, com um sistema diferente. (RENK, p. 27, 2004).

O próprio governo de Adolf Konder, em 1929, organiza uma bandeira para explorar o Oeste catarinense, preocupados com a imposição da ordem e da disciplina na região, como elementos demarcadores da civilização e estratégias fundamentais para a conquista, para o desenvolvimento e para o “processo civilizador” do território, até então desconhecido aos olhos do Estado (CEOM, 2005).

Pode-se dizer que era do discurso colonizador, também, o combate ao caudilhismo, ou ao banditismo do sertão da época, ao mesmo tempo em que era o próprio colono, durante os anos do coronelismo, quem insistiu a violência como forma de luta pelo poder de mando local (HASS, 2000). Nesse sentido, além do discurso de ordem a certa realidade caótica (desordenada), a chegada dos colonos imigrantes colocava em desmerecimento a forma de produzir e a relação com a terra que os posseiros brasileiros possuíam, isto é:

[...] o projeto colonizador, à medida que privilegiava e enaltecia o campesinato de origem, excluía os brasileiros e índios localizados na área, pela falta de vocação agrícola, pela falsa consciência de posse, pela ausência de acumulação de capital econômico para a compra da terra por serem diferentes. Enfim, arrolavam um conjunto de indicativos que justificavam a expropriação dessas populações (RENK, p. 29, 2004).

No período anterior à colonização, os caboclos que aqui habitavam, dividiam as terras em terras de plantar (longe da moradia) e terras de criar (próximas da casa), sem haver necessidade de cerca, uma vez que a extensão de terras dispensava o uso. Com a chegada da colonização, as cercas são introduzidas para o criatório, representando uma das formas da

organização social do trabalho imposta pelos colonos, o que, conseqüentemente, gerou conflitos na dinâmica de vida e de produção que aqui se estabelecia (RENK, 2004).

Desta maneira, o trabalho do colono foi associado ao símbolo do progresso, do pioneirismo e da liberdade, onde a cultura do trabalho, desdobrada na presença do colonizador, daquele que trouxe ordem ao caos, transformou o oeste catarinense. Na visão de Renk (2004, p. 30) “a colonização representou a ruptura, marcando a passagem de um tempo anterior, o da largueza, da fartura, a um novo tempo, quando tudo se diferenciou”. Portanto, o processo de colonização e suas representações são, por excelência, demarcadoras de tempo entre os indígenas, as populações tradicionais que aqui já habitavam e os colonos de origem, onde, conforme demonstra Renk (2004), a maior visibilidade foi dada ao discurso do colonizador, protagonista da narrativa.

Sobre o que interpretamos como uma colonização “moderno-colonial-eurocentrada-capitalista” pode-se destacar que:

[...] a eficácia do projeto colonizador requereu agente humano, cujo modelo foi o descendente europeu, vindo das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul. Esse aspecto traz similitudes com a ideologia da colonização europeia no país, tendo como protagonistas os colonos “trabalhadores”, “construtores do progresso e da civilização”. No entanto, a população “brasileira”, posseira, foi contemplada com silêncio nesse projeto. A exclusão dessa camada populacional encontra justificativa e legitimação na ideologia da colonização, do modelo de colono que conviria a um país com “vocação agrícola” (RENK, 2006, p. 114)

Além disso, Renk (2004) discorre sobre a possível leitura de propostas colonizadoras de “um país de vocação agrícola, no branqueamento da raça e na ideologia da pequena propriedade do Estado brasileiro” (p.20). Assim, pode-se notar uma predominância androcêntrica, com exclusão da figura feminina, que só vai ter destaque a partir do processo de empoderamento da mulher do campo, associado ao processo de modernização da agricultura.

Destacamos aqui o papel da mulher camponesa nesse processo de colonização do Oeste de Santa Catarina, uma vez que a noção de apropriação de território perpassa também a questão de apropriação dos lugares, da terra e do próprio corpo, sendo que a “questão do campesinato expressa-se nas noções de *habitus* e na *hexis* corporal, ou seja, na dimensão da história internalizada, na história feito corpo dos indivíduos” (RENK, p. 93, 2004). A figura feminina ocupava, na condição do trabalho familiar camponês, um lugar de representação sempre subordinado à figura masculina, que a impregnava de subalternidade, duplamente, “por pertencer a uma classe objeto e nesta ser mulher” (RENK, p. 95, 2004). Nesse sentido,

podemos compreender que a Ideologia do Desbravador também se ancora nos pressupostos do patriarcalismo.

Além da marginalização da mulher, o negro também fazia parte das pessoas postas atrás da imagem do homem branco desbravador do Oeste catarinense. O forte racismo estava evidenciado na proibição dos negros em espaços frequentados pela elite chapecoense (HASS, 2000) e no discurso em que os ítalo-brasileiros preconizavam numa categoria de extrema estigmatização: “são todos negros, ‘a negrada’, entre outros”. Há um ditado que expressa essa situação: “cachorros, negros e corvos são todos iguais” (RENK, 2004, p. 62). Essa é uma das faces violentas do que estamos compreendendo como sendo “modernidade-colonialidade”.

A essa anamnese que desenhamos até o momento, na tentativa de demonstrar as nuances e as narrativas ocultas por trás dessa teia colonizadora, que agora pode ser denominada de moderno-colonial-eurocentrada-capitalista-patriarcal, relacionamos o linchamento, discutido em Hass (2003), como sendo possivelmente o acontecimento mais expressivo que comprove essa ordem de controle social, pregada pelas empresas colonizadoras. O trágico acontecimento de 17 de outubro dos tão recentes anos de 1950 revela a face violenta das relações políticas e de mandonismo que se estabeleceram em Chapecó, enunciados nas falas de ordem, progresso e desenvolvimento ao longo da territorialização aqui determinada.

Em resumo, o linchamento consistiu na morte dos irmãos Orlando Lima e Armando Lima, Romano Ruani e Ivo de Oliveira Paim, dois desses, os Lima, foram considerados inocentes. A prisão fora provocada, pois Romano Ruani e Ivo de Oliveira Paim haviam sido acusados de incendiar a igreja e outros espaços, julgados como “forasteiros que subverteram a ordem social de Chapecó”. Numa embaraçosa relação de proteção e omissão por parte de autoridades da época, o crime aconteceu entre a noite de 17 e 18 de outubro de 1950, onde “aproximadamente 200 homens invadiram a cadeia pública do povoado e lincharam quatro presos. Depois de trucidados por tiros, facadas e pauladas, os corpos foram arrastados para o pátio, empilhados e incinerados” (HASS, p.15, 2003).

Esse confronto pode ser visto como um marco na política e no mandonismo local que se afirmou em Chapecó, foi ocasionado, dentre todos os motivos, conforme ressalta Hass (2003), por aspectos de conflitos entre partidos políticos, frutos de resquícios da campanha eleitoral que resultou na perda do comando municipal por parte do Partido Social Democrático (PSD). Isso pode ser constatado através do fato que

[...] dois presos, os irmãos Lima, que foram mortos, mesmo sendo inocentes, estavam ligados ao PTB (partido que iria assumir o comando da prefeitura

municipal); o advogado Roberto Machado, que tentou defendê-los, à UDN (com quem o PTB está coligado) e o delegado de polícia, Arthur Lajus, responsável pelas prisões, ao PSD (partido ameaçado de perder o comando da política local) (HASS, p. 43, 2003).

Além disso, a Igreja nesse momento teve papel fundamental em acirrar o conflito entre a população, uma vez que o sermão do Padre Roberto, nos anos 50, pregava uma ordem de que quem havia incendiado a Igreja, deveria ser incendiado também (HASS, 2003). Portanto, podemos observar que a crença católica, tida como uma das principais formações de valores básicos foi um dos principais atores responsáveis pelo estímulo ao linchamento. Hass (2003) reforça que o interesse maior da autoridade policial do município, um instrumento de dominação local, transparece na morte dos acusados e também no processo judicial.

Tal materialização da violência, estimulada pelas práticas políticas que imperavam em Chapecó, manchou a imagem da cidade, estagnando o fluxo migratório que se desdobrava desde a década de 20 na região. O linchamento foi a “expressão máxima” (HASS, p. 127, 2003) do processo de ocupação capitalista da região, que casou os interesses do governo estadual e das empresas colonizadoras, uma aliança reforçada e aparelhada pelos compromissos firmados no sistema coronelista: ordem, progresso e (des)envolvimento (HASS, 2003).

O estancamento do projeto colonizador, ocasionado pela repercussão do linchamento, mobilizou a elite local em torno da instalação de um frigorífico em Chapecó, com a finalidade de reanimar o fluxo migratório e a economia local (HASS, 2003). Assim, se caracterizou como fator decisivo para a instalação do primeiro frigorífico em Chapecó, o frigorífico SAIC S.A. Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó, denominada Chapecó Alimentos, fundado em 11 de outubro de 1952.

Dessa maneira, nossa problemática de invisibilidade territorial do Assentamento Dom José Gomes, além de estar relacionado ao sistema vertical de integração, imposto pelas agroindústrias e pela modernização da agricultura, se faz indissociável do modelo de colonização coronelista e desbravadora que aqui se territorializou. Muito mais do que uma seletividade econômica coercitiva, estabelecida pelo sistema de desenvolvimento agrário hegemônico capitalista, os territórios alternativos de (re)produção de vida, como no caso do Assentamento, enfrentam também um modelo de desenvolvimento político e social, centralizado na agroindústria (HASS, 2003) reestruturado após o justicamento que se ditou em Chapecó no episódio do linchamento.

2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO OESTE DE SANTA CATARINA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

O processo de emergência e configuração da região Oeste catarinense pode ser evidenciado por meio da territorialização realizada para atender, sobretudo, às demandas oriundas das agroindústrias de acordo com seus próprios interesses, sobretudo a partir do final da década de 70 e início da década de 80 (ALBA et al, 2015). Essa (re)configuração espacial, marcada por conflitos e disputas *da* e *na* região, suscita sinais da segregação socioespacial, conflagrando a importância da atuação dos movimentos sociais na escala local.

Simultâneo a essa manifestação, identifica-se que dessa nova configuração da relação entre o sistema capitalista e a natureza emerge um processo de dominação territorial, social, política, econômica e cultural, sustentada pela hostilidade com a qual o agronegócio perpetuou sua homogeneização desenvolvimentista na região em questão.

Conforme relatado anteriormente, o linchamento ocorrido em 1950 assinalou um momento marcado por profundas transformações da estrutura do poder local, alterando também as relações produtivas na região e fortalecendo as tendências econômicas (HASS, 2003) que se sobressaem até hoje no Oeste catarinense: as atividades da agroindústria. Assim, o tecido social, através da perspectiva territorial, é muito mais denso do que parece e envolve uma trama de relações e sujeitos que historicamente vem enfrentando o modelo colonizador, na tentativa de promover uma identidade local que vá para além da lógica do desenvolvimento agrário capitalista.

Para compreender o desdobramento da questão agrária no Oeste catarinense, utilizamo-nos da categoria *território*, uma vez que a colonização eurocentrada e coronelista da região elitizaram a distribuição de terras de modo a fortalecer o sistema latifundiário ou ainda de integração à lógica das agroindústrias. Raffestin (1993) reforça que o território condiciona e é condicionado por relações de poder que se territorializam nas mais diversas formas de apropriação de atores sintagmáticos, em qualquer nível que seja, uma vez que

[...] os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as sociais. Os atores, sem se darem conta, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158 - 159).

Segundo Alba (2015), no território agrário de Chapecó e demais municípios do entorno do Oeste, havia um sistema de produção predominante que conferia aos pequenos agricultores a liberdade para exercer a atividade agrícola e pecuária, tirando dessa produção o necessário para o autoconsumo da família e vendendo o excedente para o comércio local. Com a chegada do sistema agroindustrial, este modelo de produção se rompeu, e o território foi sendo, em sua maioria, tecnificado e especializado de acordo com os interesses das agroindústrias, tanto na esfera agrária (nas unidades familiares) quanto na esfera urbana (no seio das agroindústrias).

Assim como a questão agrária no Brasil, marcada por enormes desigualdades fundiárias, com má distribuição de terra, grande quantidade de latifúndios e milhões de sem-terra, Santa Catarina é um estado que possui uma distribuição fundiária imensamente desigual e inúmeros trabalhadores rurais sem-terra (COIMBRA, 2012). Além disso, conforme Coimbra (2012), a partir do processo de industrialização, oriundo nos anos 1930, os investimentos públicos são direcionados para as agroindústrias e, dessa mesma forma, o estado catarinense passa a atuar no financiamento de grandes empreendimentos agroindustriais, como por exemplo, as antigas Sadia e Perdigão (atualmente pertencentes ao grupo de fusões conhecido como BRF Brasil Foods), que utilizam os sistemas integrados desde a década de 80. Segundo Coimbra (2012, p. 103):

[...] nos sistemas integrados, os pequenos proprietários, embora sejam donos de suas terras, são semiempregados dos frigoríficos, indústrias e grandes corporações. Empresas de grande porte, como a Aurora (...) em Santa Catarina, compram a produção de terceiros a um preço geralmente baixo. Em alguns casos, as empresas chegam a oferecer equipamentos e assistência técnica, tendo em vista a pauperização do pequeno produtor, que não tinha como adquirir sem o financiamento das indústrias “integradoras”.

Em condições precárias de desenvolvimento, os pequenos proprietários de terra ficam subordinados à lógica das grandes corporações, desassistidos e sem subsídio do governo estadual no que concerne à realização de políticas públicas e a mercê dos privilégios das empresas rurais (COIMBRA, 2012), sustentadas na congruência da monocultura e do sistema capitalista hegemônico. Da mesma maneira, segundo Alba (2013), a concorrência fez com que as maiores agroindústrias que aqui se instalaram, absorvessem as menores, aumentando a concentração e a centralização do capital, fazendo da região Oeste um lugar de oligopólios agroindustriais. Assim, podemos afirmar que se estabeleceu a hegemonia do agrohídronegócio de suínos, frangos e do leite, que funciona como eixo central do projeto de desenvolvimento econômico para o meio rural nesta região.

O desenvolvimento desse processo, conhecido como modernização da agricultura (POLI, 2002), acirra ainda mais a crise camponesa⁹ tradicional na região, marcada até o momento pela produtividade dos pequenos agricultores em seus minifúndios, destacando-se por uma forte produção de suínos. De acordo com Poli (2002), ao mesmo tempo em que essa modernização elevou a abertura de linhas de créditos bancários acessíveis aos pequenos produtores e que impulsionou o endividamento das famílias, uma vez que, mesmo atraente, esse financiamento que incentivava a melhoria das raças, das instalações e das técnicas de manejo e alimentação na suinocultura, também aumentou as exigências de qualidade do produto e das expectativas da produtividade, tornando inviáveis as formas tradicionais de produção.

Nesse sentido, a literatura consultada nos permite afirmar que o aumento da produção e o conseqüente declínio dos preços dos produtos refletem na lógica da modernização agrícola em todo o país (POLI, 2002), que inviabilizou a participação de grande parte das pequenas propriedades agrícolas neste novo contexto. O enforcamento com os empréstimos bancários, os quais muitos camponeses tiveram dificuldade em saldar dívidas, conforme afirma Poli (2002) levou muitas famílias a se desfazer de bens ou da própria terra em leilões da propriedade.

O auge da crise camponesa no Oeste se atingiu com a chamada Peste Suína Africana, “um episódio polêmico, marcado por grandes contradições, cuja existência nunca foi realmente comprovada”, e aponta muito mais para uma “estratégia de eliminação definitiva da produção autônoma de suínos na região” (POLI, p. 177. 2002) do que uma peste propriamente dita. A Peste Suína Africana, como consta nos livros, pode ser entendida como uma artimanha utilizada pelo sistema econômico hegemônico que aqui estava se implantando, na tentativa de apagar o modo de produção que vigorava até a década de 70. Conforme apontam Pe. Fiorentini e Oro:

[...] nunca se tinha ouvido falar, no Brasil, de Peste Suína Africana. Ela não existia aqui. Nem sabíamos se esta peste existia em algum lugar do mundo. Mas no mês de maio de 1978, os suinocultores de todo o Brasil foram pegos de surpresa com a notícia de que havia sido descoberto, no Rio de Janeiro, um foco de peste suína africana. A notícia desta peste, que ninguém conhecia, pôs medo em muitos criadores de suínos, porque sobre ela se ouviam as piores coisas. (...) A informação que veio dos órgãos do governo dizia que não existia vacina nem cura para a peste africana. A solução era matar todos os porcos afetados. (...) que a peste africana

⁹ Importante destacar que à essa crise camponesa ficaram submetidos, inclusive, os ítalo-brasileiros que migraram para a região na década de 20, os colonos. A modernização da agricultura inviabilizou os sistemas tradicionais de produção da região, que compreendiam os sistemas produtivos até mesmo daqueles que antigamente pregaram o discurso de progresso na região.

matava 100% dos animais afetados e que era preciso queimar os chiqueiros onde se detectava a peste. (FIORENTIN, ORO, pg. 181, 2002)

Para a confirmação da contaminação por peste ou não, era necessário aguardar o laudo do único laboratório do Brasil que realizava esse exame, o Instituto de Virologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O primeiro caso confirmado, que levou a matança de 5.000 porcos, foi no Rio de Janeiro; na sequência, encontraram dezenas de outros focos em todo o país (FIORENTIN, ORO, 2002). No Oeste de Santa Catarina, a ocorrência da peste era confirmada de forma duvidosa, isso porque, “depois da morte de algum porco, que segundo as análises estaria contaminado, nenhum porco morria” (FIORENTIN, ORO, pg. 182, 2002), situação que causava estranhamento, já que todo o restante dos suínos não apresentava sinal algum de doença.

A primeira matança em decorrência da peste, no Oeste catarinense, aconteceu em junho de 1978, quando um porco de um agricultor morreu por consequência de castração mal feita e um técnico coletou amostra do porco, mandou para o Rio de Janeiro que meses depois enviou o resultado da análise confirmando a presença do vírus da Peste Suína Africana. Tanto o chiqueiro desse agricultor, como os de seus vizinhos foram interditados, em agosto, e posteriormente, exterminados (FIORENTIN, ORO, 2002).

Diante do contexto de crise que se impunha, surgem na região, reuniões, mobilizações e concentrações para discutir o misterioso caso da Peste Suína Africana. Nesses coletivos é que começam a aparecer os primeiros sinais de organizações sociais de pequenos agricultores que apontariam para uma trajetória de lutas e resistências. Além dos suinocultores, juntaram-se à causa alguns sindicalistas e agentes pastorais comprometidos com as linhas de ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e principalmente, a figura emblemática de Dom José Gomes (FIORENTIN, ORO, 2002), bispo que dá nome ao Assentamento foco da pesquisa - que será enfatizado na sequência - e que foi essencial para a construção do enfrentamento dos Sem Terra na região.

Concomitante a formação desses grupos e a concentração do confronto, sobretudo à denúncia à falta de políticas agrícolas que garantissem aos pequenos produtores o direito, a permanência e a luta pela terra, pelo território e por uma justiça social, surgem nos anos de 1980, as primeiras ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de Santa Catarina, sendo a região Oeste, conhecida como o berço dos movimentos sociais. Cabe ressaltar que a luta do MST não é algo novo na história brasileira, mas sim, uma continuidade das lutas camponesas - em uma nova fase -, que decorrem desde os tempos

Colônia (até o final de 1800), protagonizadas por índios e negros que defendiam a luta pela liberdade com a luta pela terra (COORDENAÇÃO ESTADUAL MST/SC, 2001).

Em meio a um período de ditadura militar iniciado em 1964, caracterizado por um sistema imperialista, que fora instaurado para coibir a Reforma Agrária proposta por João Goulart, mesmo com a forte repressão do latifúndio, surgem entre 1979 e 1980, no bojo da luta pela redemocratização, as primeiras ocupações organizadas por dezenas ou centenas de famílias. Os participantes dessas ocupações realizaram o primeiro encontro em 1984, fazendo surgir assim o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (COORDENAÇÃO ESTADUAL MST/SC, 2001).

A retomada das lutas dos trabalhadores, no movimento de ocupação de latifúndios improdutivos pelos Sem Terra, articulou na região Sul do país as primeiras reivindicações de direito e conquista da terra, tendo como matriz, de acordo com informações da Coordenação Estadual do MST/SC (2001) o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro).

A primeira ocupação em Santa Catarina aconteceu na Fazenda Burro Branco, em Campo Erê, em 1980, com a participação de aproximadamente 300 famílias, constituindo os primeiros marcos dessa nova fase da luta pela terra no estado (UCZAI, 2001). No dia 12 de novembro do mesmo ano, houve a desapropriação da área e as famílias passaram a produzir na terra conquistada (COORDENAÇÃO ESTADUAL MST/SC, 2001).

Segundo a COORDENAÇÃO ESTADUAL MST/SC “A ocupação despertou a opinião pública para a questão da concentração da propriedade da terra e, conseqüentemente, para o grande número de trabalhadores rurais Sem Terra existentes em Santa Catarina e no Brasil” (-2001, p.195). A partir do primeiro encontro dos Sem Terra, em 1984, no Rio Grande do Sul, onde foram definidas diretrizes básicas do MST e as diferentes formas de luta pela terra, o MST/SC se organizou em 17 municípios do estado, realizando em dezembro do mesmo ano, o I Congresso Estadual e a primeira manifestação pública, em 25 de julho, em frente à sede do INCRA em Chapecó, momento em que encaminhou um levantamento dos latifúndios improdutivos possíveis de desapropriação, documento que foi entregue ao governador (COORDENAÇÃO ESTADUAL MST/SC, 2001, p. 196).

Após o Congresso Nacional do MST que aconteceu em Curitiba, em janeiro de 1985, segundo dados da Coordenação Estadual MST/SC (2001), mais de duas mil famílias de diversos municípios chegaram à cidade de Abelardo Luz, em caminhões, na fria madrugada de 25 de maio de 1985, ocupando posteriormente a cidade de São Miguel do Oeste. A segunda grande ocupação do MST no Oeste aconteceu novamente em Campo Erê, com

aproximadamente 1.200 famílias, em 30 de outubro de 1987; na mesma região de grande latifúndio e dominação, em Palma Sola, os Sem Terra ocuparam em 1989. Essa última ocupação foi marcada por violentos conflitos e pelo assassinato do Sem Terra Olívio Albani.

Ainda com base nos dados da Coordenação Estadual MST/SC (2001), esses primeiros movimentos de ocupação impulsionaram a luta pela terra nas demais regiões do estado e por volta de 1990 os assentamentos se expandiram para a região do Planalto Central do estado, onde há forte presença do latifúndio. Em seguida, em meados dos anos 90, a região Norte de Santa Catarina também registrou seus enfrentamentos na disputa pela terra, criando os primeiros assentamentos modelos de produção e organização. Segundo dados do INCRA (2015), Abelardo Luz, município da região Oeste possui hoje um dos números mais expressivos da presença do MST no estado, com um total de 22 assentamentos constituídos por aproximadamente 1.520 famílias.

Dessa trajetória do MST na região, de inúmeras mobilizações, articulações e conquistas no Oeste, nasce a história do Assentamento Dom José Gomes, que teve origem na ocupação da antiga área da conhecida Fazenda Seringa (ou Fazenda Paraíso), na linha Água Amarela (Chapecó/SC), ocorrida na madrugada de 23 de abril de 2002. A conflituosa área ocupada fora desapropriada em 09 de setembro de 2008, com imissão¹⁰ da posse em 21 de novembro de 2008, segundo consta no Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA (2009). Pode-se dizer que a conquista do Assentamento em Chapecó representa no município, o primeiro movimento de luta pela terra fruto da Reforma Agrária. O território conquistado pelo Assentamento Dom José Gomes faz fronteira com a Reserva Indígena Condá, outra comunidade de referência na luta em defesa do território no referido município – como aprofundaremos na continuidade deste texto.

2.2.1 Dom José Gomes: o bispo dos sem-terra.

Entre os apoiadores dos movimentos dos Sem Terra, podemos destacar a importância do bispo Dom José Gomes (Figura 03), que atuou na confrontação em defesa dos pequenos agricultores, oprimidos pela violência e ganância do latifúndio, que suprimiam o direito à vida, à liberdade e à segurança de milhares de brasileiros do campo (FIORENTIN, ORO, 2002).

¹⁰ Ação ou efeito de imitar, de fazer com que alguém se torne dono, proprietário de alguma coisa: imissão da posse de um imóvel.

Figura 3 – Bispo Dom José Gomes.



Fonte: Diocese de Chapecó. <<http://diocesechapeco.org.br/diocese/dom-jose-gomes>>.

É importante ressaltar a atuação do bispo, pois a sua coragem de enfrentamento contrasta com a postura política e social que a Igreja assumiu desde a chegada das empresas colonizadoras, como por exemplo, na época do linchamento. A reconfiguração socioespacial, na medida em que os sujeitos (pequenos agricultores, Sem Terra, indígenas) são respaldados pelas instituições locais representativas, passa a se ramificar e se fortalecer no espaço de maneira a enfrentar a lógica territorial e econômica que aqui fora imposta, firmando movimentos de resistência através de territorialidades de luta e oposição ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

José Gomes, como o próprio bispo se identificava publicamente, assumiu a Diocese de Chapecó¹¹ em 27 de outubro de 1968, onde permaneceu até o ano de 1999. “Arquiteto de consciências” (BOGO, 2002), pode-se dizer que Dom José Gomes sempre esteve ligado às causas populares, dentre elas, o movimento dos pequenos agricultores e dos Sem Terra, auxiliando em formações de bases que partiam da Igreja para o campo, na instrução de lideranças e movimentos de resistência e de luta pela terra. Dom José Gomes também foi

¹¹ Os dados foram encontrados no endereço eletrônico da Diocese de Chapecó. Para consultas acessar o link disponível em <<http://diocesechapeco.org.br/diocese/dom-jose-gomes>>.

presidente nacional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) entre os anos de 1979 e 1981.

Irma Brunetto, da direção do MST em Santa Catarina, destaca que “é impossível falar da história do MST sem falar desta figura tão marcante e tão determinante na vida do MST” e ressalta ainda que as lideranças de base encontraram na Igreja, na imagem de Dom José Gomes, “condições de buscar maiores conhecimentos que refletiam sobre a sua realidade e apontavam as formas de luta política” (BRUNETTO, p. 220, 2002).

O bispo dos Sem Terra, como ficou conhecido, denunciou a farsa da peste suína e em espaços públicos, abertamente, discursou sobre a repressão do latifúndio na região. Dessa forma, mobilizou os Sem Terra na conquista dos territórios que ocupavam, sem deixar que o movimento pudesse arrefecer, mesmo diante das injustiças e da verticalização produtiva, econômica e social que as agroindústrias aqui exerciam. Segundo Fiorentin e Oro (2002, p. 179):

[...] eram frequentes as denúncias que fazia quanto ao lucro das agroindústrias, enriquecendo à custa das integrações e fomentos; denúncias de medidas e projetos do governo beneficiando sempre os grandes proprietários; das cooperativas que agiam como empresas, crescendo e acumulando sem reverter em vantagens para os associados.

Durante o período de atuação do bispo, a Diocese de Chapecó esteve intimamente ligada à Comissão Pastoral da Terra, organizando frentes de luta, tanto na região quanto no país, isso porque, conforme constam nos relatos do Pe. Ivo Pedro Oro (2002), a luta pela terra talvez tenha sido aquela em que Dom José Gomes mais se destacou, mais abraçou e também mais foi perseguido. Dom José foi um grande impulsionador de organizações sociais e políticas, tendo destaque, inclusive, na defesa da Reforma Agrária no país (ORO, 2002).

Em entrevistas cedidas ao Jornal de Santa Catarina, encontradas em fragmentos do texto de Fiorentin e Oro (2002), Dom José Gomes afirmava que “*não tinha medo de defender o direito dos miseráveis, frente a qualquer exploração que se faça*”, acentuando que “*quando o pobre levanta a cabeça, incomoda o sistema*”. Dom José entendia que a Igreja deveria arregaçar as mangas e estar ao lado dos Sem Terra, diferente daquela Igreja dos anos 50 que prezava pelos valores e princípios coronelistas de ordem social, que culminaram no ato do linchamento público.

Evidencia-se ainda o prestígio por Dom José Gomes e os traços do bispo nessa “porta aberta na dura rocha da história” (BOGO, p. 235, 2002) e na visão do autor:

[...] se a história da humanidade parasse aqui e voltasse a seguir seus passos daqui a milhões de anos, no topo das primeiras escavações para conhecer o passado, estaria D. José Gomes, como um velho tronco de pinheiro, segurando a bandeira do MST; e, com um sorriso, deixando à mostra os dentes amarelados, diria: quem vive para os outros não morre nunca, e a eternidade é pouco para apagar as marcas deixadas por quem acredita que os sonhos não envelhecem, apenas mudam de lugar (BOGO, p. 235, 2002).

A imagem de Dom José Gomes aparece hoje em Chapecó, em representação esculpida em bronze em frente a Igreja Catedral Santo Antônio, em nome de rua, na Resolução nº. 01 de 10 de junho de 2008, que “instituiu a Medalha Honra ao Mérito Dom José Gomes, no Município de Chapecó”, que tem como objetivo homenagear as lideranças comunitárias que atuam na defesa da vida, de movimentos sociais e práticas pastorais na defesa da melhoria de vida dos mais humildes e no nome do Assentamento pesquisado. Esse movimento que, em partes, se mantém resistente frente aos aspectos políticos e econômicos chapecoenses, e que fora motivado pelo bispo Dom José Gomes, que veio a falecer em setembro de 2002, meses após à ocupação dos assentados.

3 ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES: R-EXISTÊNCIA CAMPONESA E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE VIDA

Feito este reconhecimento de um complexo conjunto de relações/conflitos territoriais, sustentadas e motivadas por divergências sociais e políticas, que se desencadearam ao longo do tempo e que se reproduzem todos os dias, que centralizamos nossas reflexões para um recorte espacial que discute o caso de r-existência do Assentamento Dom José Gomes. Tal r-existência é cunhada em Porto-Gonçalves (2006), para explicitar que mais do que resistência, o que se tem é r-existência, posto que não se reage simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo preexiste e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo.

Esses processos de r-existência implicam em movimentos que abrangem desde a consciência de identidade das comunidades até suas estratégias de lutas por terra e território, vista a não efetividade de uma Reforma Agrária que garanta o direito permanente pela terra e de um Estado que avance nas medidas de distribuição/demarcação dessas terras e na melhoria das condições de vida dos povos do campo. Essa falta de preocupação em efetivar a Reforma Agrária, da qual o Brasil necessita, está vinculada ao fato de que os interesses políticos, econômicos e capitais estão voltados à produção agroexportadora (COIMBRA, 2012), um dos motivos que recai sobre a invisibilidade dos territórios alternativos, inclusive em Chapecó, e que acaba por inviabilizar diferentes e alternativos tipos de produção (orgânica, agroecológica, coletiva, pequena propriedade autônoma e etc.).

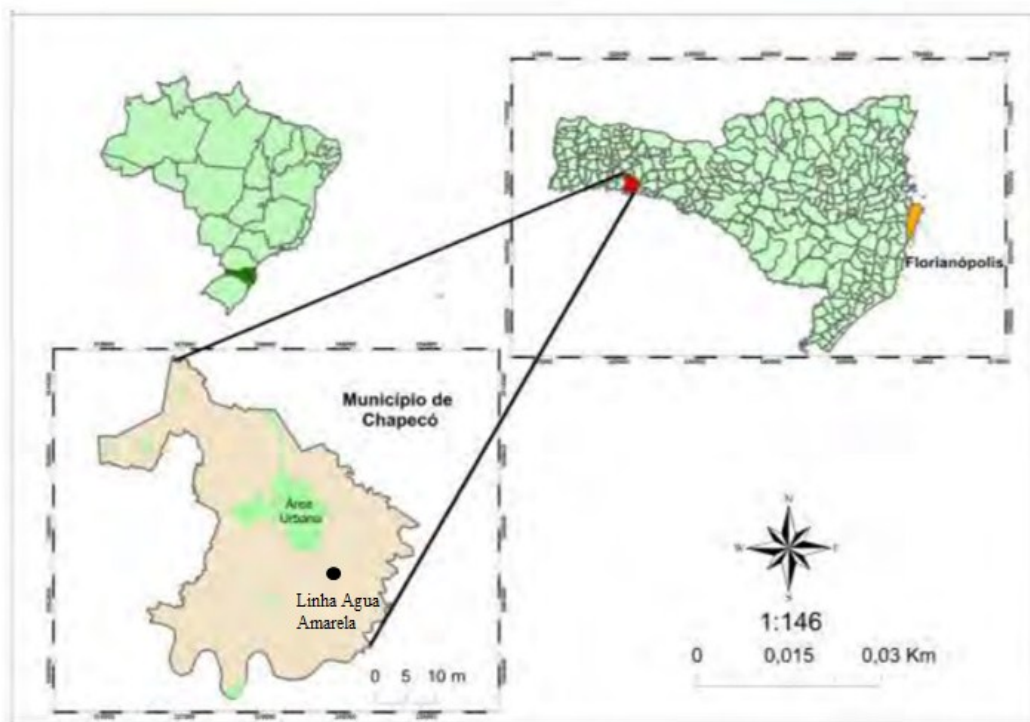
A essas resistências, nos referimos às comunidades tradicionais e sujeitos do campo que foram produzidos como subalternos nas discussões e reflexões que Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) fizeram sobre aquilo que se denominou sistema-mundo moderno-colonial, neste caso específico, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que na visão colonialista “caracteriza as expressões culturais de tais populações como “tradicionais” ou “não modernas”, como estando em processo de transição em direção à modernidade, e lhes nega, também, toda possibilidade de lógicas culturais ou de cosmovisões próprias” (CRUZ, 2017, p. 21).

O referido assentamento da reforma agrária se encontra na área rural Linha Água Amarela (Figura 04), do município de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, região nacional e mundialmente conhecida por sua expressiva produção baseada na lógica do agrohidronegócio (avicultura (frangos), suinocultura e indústria do leite), conforme visto noutro capítulo.

A introdução desse tipo de produção invisibiliza o que chamamos aqui de território de vida, entendendo que essa perspectiva de território, para além das forças de poder, está ligada

à construção de identidade social e cultural das comunidades tradicionais e/ou rurais, no caso, do MST, que, diferente do que conforma a história da colonialidade e da colonização aqui sentida, propõe em suas matrizes uma perspectiva diferenciada de apropriação e uso do território daquelas de seus antagonistas (grandes empresas, agronegócio, latifúndio, Estado), ancorados nos pressupostos do desenvolvimento capitalista. Essas comunidades se territorializam e constituem a multidimensionalidade dos territórios, destacando os fatores e elementos econômicos, culturais e/ou políticos, manifestando a heterogeneidade e multiplicidade de vida (SAQUET, 2011).

Figura 4 – Localização de Chapecó em escala nacional e regional e localização da Linha Água Amarela em Chapecó.



Fonte: Adaptado de Bedin e Nascimento (2014).

Os anos posteriores à década de 1960 (que tem sua marca na história pela ditadura militar e também pela luta de uma reforma agrária popular) testemunham no Brasil o crescimento de movimentos que não critica, apenas, o modelo de produção herdado da colonialidade latifundiária imposta, mas, sobretudo, o modo de vida (PORTO-GONÇALVES, 2011). Assistimos nascer nessa mesma década um campesinato que se articula em torno de reivindicações e luta por reconhecimento e organização territorial. Esses novos atores, ainda que freados por intervenções militares submetidas ao imperialismo, propõem novas formas de uso e ocupação da terra, atribuindo-lhe valor social ao território de vida.

É a partir dessa perspectiva que nos propomos a construir uma narrativa em diálogo com os sujeitos do Assentamento Dom José Gomes, na tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço, onde seja possível narrar a territorialização dos sujeitos a partir das suas próprias vivências, falas e símbolos que os constituem enquanto assentados, e não através da sociodicéia que a colonização coronelista impôs para e em Chapecó. É considerar e visibilizar o território a partir daquilo que Porto-Gonçalves propôs com *geo-grafia*, ou seja, pensar a geografia como verbo, ato/ação de marcar a terra, com a (re)significação dos movimentos sociais e com esses, novos signos que grafam a terra, reinventando os modelos de sociedade propostos (CRUZ, 2013). Compreendemos que:

[...] a nova configuração de territorialidades não só nos coloca diante da necessidade de repensar novas geografias na terra (geo-grafias) a partir das atuais, sobretudo os Estados nacionais, mas também nos concita a buscar outros limites entre o rural e o urbano, entre o conhecimento científico e outros saberes, tudo isso, diga-se de passagem, em íntima relação com a questão dos direitos, dos poderes, das culturas (PORTO-GONÇALVES, 2011, p.169).

Nesse sentido, propomos discutir a presença do Assentamento Dom José Gomes e como este se configura como um território de vida diante da produção espacial de Chapecó, através de caminhos metodológicos que levaram em conta as falas e as demarcações geográficas dos próprios assentados. O “produto” resultado da pesquisa, que consiste na elaboração de um mapa social, foi um dos principais motivos que impulsionaram o presente estudo, uma vez que a não identificação do Assentamento no mapa de Chapecó (Figura 05), que já está consolidado no território há 10 anos, aponta para mais uma das condições de invisibilidade que estamos discutindo no decorrer do texto, vestígios de todo um processo de colonização que ainda respalda a burguesia chapecoense e deixa de evidenciar os territórios de vida que tentam se contrapor às lógicas e narrativas hegemônicas.

Figura 5 – Área da Linha Água Amarela onde está localizado o Assentamento (sem identificação no mapa).



Fonte: Google Maps (2018).

3.1 OCUPAR E RESISTIR: DE ACAMPADOS À ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

“Na noite de lua cheia, primeira noite da ocupação, do dia 23 de abril de 2002 o acampamento está montado”. Assim seu Pedro dá início à rememoração da luta histórica do Assentamento Dom José Gomes, em nosso primeiro momento de troca de diálogos¹² (Figura 06). A construção do Assentamento é contada através de marcos principais que os Assentados relataram, uma vez que buscamos priorizar os sujeitos como protagonistas de sua própria história, donos de sua própria memória afetiva e de sua identidade Sem Terra. Concomitante a esses relatos, nos debruçamos sobre as fontes literárias, documentos e imagens.

¹²As informações relatadas no item 3.1, 3.2 e 3.3 são fragmentos de conversas e anotações dos diálogos com os Assentados. Assim, boa parte da história que aqui se conta, é de fonte dos próprios Assentados.

Figura 6 – Roda de diálogo e oficina de elaboração da linha do tempo.



Fonte: Arquivo Pessoal de Willian Simões (2018).

A área ocupada por mais de 200 famílias, conhecida como Fazenda Seringa, se tratava de uma área de 382,35 hectares contestada por João Roman e Paulo Baldissera (PDA, 2009). O litígio deflagrado entre João Roman e Paulo Baldissera é resultado de um conflito de interesses entre os dois latifundiários. O primeiro dono da terra, João Roman, comprou 13 pequenas propriedades que formavam o grande lote da Fazenda Seringa, nome atribuído após a compra das escrituras. Paulo Baldissera comprou a terra de João Roman, renomeando para Fazenda Paraíso.

O não pagamento e as divergências sobre a propriedade da terra culminaram em um latifúndio improdutivo e na conseqüente ocupação pelos Sem Terra (Figura 07 e 08). Esse imbróglia jurídico da propriedade pode ser observado através dos documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do que se tem registrado em matérias de jornais na época da ocupação. Nos documentos de desapropriação de imóvel rural, a reivindicação pela terra é tratada por João Roman e nos jornais, quem disputa a reintegração da área é Paulo Baldissera.

Figura 7 – Acampamento Dom José Gomes.



Fonte: Arquivo pessoal de Jaqueline Adriane Pereira e Leandro Klein.

Figura 8 – Acampamento Dom José Gomes.



Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (2002)

Durante o período em que permaneceram com a ocupação (2002 a 2008), os acampados, que chegavam a um total de 250 famílias, subdivididas em 20 grupos de aproximadamente 17 famílias, mantinham um planejamento composto por dinâmicas coletivas, como por exemplo: a realização de trabalhos de base (grupos de formação), segurança 24 horas por dia, setores de trabalho, perspectivas e sonhos em comum.

Já nos primeiros quinze dias de existência do acampamento, com cano plástico e borracha, inauguraram a Escola Milton Santos (Figura 09 e 10) visando ofertar séries iniciais (01ª a 04ª série), realizando também cirandas infantis, com auxílio do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Na época, os estudantes de 5ª a 8ª série frequentavam a escola na Linha Água Amarela e o transporte era cedido pela Prefeitura Municipal, que na época contava com Luciana Carminati como Secretária de Educação.

A troca de mandatos na prefeitura, em 2004, comprometeu o funcionamento da escola no acampamento, onde o prefeito eleito, João Rodrigues, por força do poder municipal, extinguiu a escola por não considerá-la importante. Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em escala nacional, tem em uma de suas pautas a preocupação e a priorização da educação, uma vez que a continuidade da luta exige conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como para compreender a conjuntura política, econômica e social (MST, 2014).



Fonte: Arquivo pessoal de Jaqueline Adriane Pereira e Leandro Klein.

Figura 10 – Escola Milton Santos.



Fonte: Arquivo pessoal de Jaqueline Adriane Pereira e Leandro Klein.

O estudo realizado e o diálogo com a comunidade nos permite afirmar que o acampamento, em sua fase de constituição, de modo geral, mantinha boas relações com a sociedade chapecoense e era apoiado pelo poder municipal, representado pelo então prefeito Pedro Uczai (2002 a 2004), que afirmava que a “a luta tinha vindo pra ficar”. Havia também os parceiros que empregavam os acampados, gerando fonte de renda aos sem-terra, como, por exemplo, a ECOVILA, que, nas palavras dos assentados “*enchia uma combi de acampados, que trabalhavam por 15 dias, depois, outros 15 acampados também saiam para trabalhar e trazer comida para a família*”. Outro exemplo, o agricultor Antônio Munarini cedeu máquinas para os acampados cultivarem mandioca, milho e etc. As famílias dos agricultores também sempre foram muito solidárias com os acampados, enviando comida à ocupação, além do forte papel da Igreja, que fornecia mão de obra/locais de trabalho aos Sem Terra.

Alguns símbolos marcavam a trajetória do acampamento, tais como a bandeira do MST, o arado e o badalar do sino, que se tocasse por três vezes consecutivas poderia significar realização de assembleia, mística ou aviso de perigo (aproximação de conflito). Outra marca importante da luta é que o movimento era massificado pelo papel da família, não centralizando a representatividade apenas na figura do homem, conforme era a cultura patriarcal que predominava em Chapecó nos tempos de colonização.

O tempo de acampamento fora sinônimo de coletividade, partilha, sonhos, mas também de muitas dificuldades enfrentadas. Os Sem Terra, durante quase sete anos sem energia, viviam a base da luz de velas e sobre as repressões do agronegócio das proximidades que, por exemplo, “*abriu o gado para destruir a plantação e acusar o Acampamento de estar matando o gado*”, na tentativa de acusações que incriminassem o movimento. Houve também intimidação da Delegacia e da Polícia Ambiental, na tentativa de acabar com o acampamento, acusando-os por estarem fazendo uso errôneo das plantas nativas da área.

Apesar de não ter se concretizado um conflito armado, não tardou para que tentativas de despejo começassem a chegar, através de estratégias e representações tensionadas pela especulação imobiliária, em que se oferecia um valor de indenização de até R\$50.000,00 por família para desocupar a área – em tentativas de cooptar lideranças do movimento.

A conquista pela área e pela transformação do Acampamento em Assentamento contou com várias idas à Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina e em todas elas os Acampados não encontravam os responsáveis para dialogar. Quando alguém lhes dava oportunidade de voz, eram sucumbidos pelas pessoas pelo argumento de que não possuíam endereço. Os Acampados levaram a luta adiante, para fora de Chapecó, passando por

Florianópolis e Brasília, na tentativa de alguma resposta jurídica para a desapropriação definitiva da área ocupada.

Sem respostas, os acampados ocupam a sede do INCRA, em Chapecó, no dia 20 de agosto de 2008. Solicitavam Audiência Pública para discussão sobre a compra da área pelo INCRA, com a presença de um juiz agrário que, na época, emitia a reintegração de posse. A estratégia foi inicialmente ocupar o pavilhão da Catedral Santo Antônio (Igreja Central), para agitar e visibilizar a luta e posteriormente seguir para a sede do INCRA.

Durante a ocupação no INCRA, houve atividades de doação de sangue e distribuição de alimentos e, além disso, os Sem Terra limparam a sala do almoxarifado do INCRA e lá deram aulas e formações políticas nos núcleos de base. Algumas pessoas voltavam até o Acampamento, de carroça, buscar alimentos e suprimentos necessários. O INCRA assumiu postura no caso, comprando as terras requeridas e em 09 de setembro de 2008 a Fazenda Seringa é desapropriada para fins de uso e ocupação de reforma agrária, em decreto assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, da Análise Legal elaborada no Diagnóstico do Assentamento, reitera-se que:

[...] em 09 de setembro de 2008, efetivando a orientação magna do artigo 184, §2º da Constituição Federal, o imóvel denominado Fazenda Seringa foi desapropriado com fim social destinado à Reforma Agrária. Este artigo descreve a seguinte frase: Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (DIAGNÓSTICO DO ASSENTAMENTO, p. 07, 2015).

A imissão da posse ocorreu no dia 21 de novembro de 2008 e até hoje, todos os anos, no segundo domingo de novembro, o Assentamento realiza a “Festa da Conquista”, para simbolizar e reafirmar o histórico de lutas enfrentadas para a sonhada aquisição da área.

3.2 A CARTOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE DO TERRITÓRIO DE VIDA

Passaram-se 10 anos da conquista da terra. São 10 anos que o Assentamento Dom José Gomes vem reafirmando sua existência no território, podendo ser visto como um emblemático símbolo – um meandro no rio – para um município que prezou pelo desenvolvimento elitista e excludente, como Chapecó. É importante reconhecer a apropriação do território agrário, que tem sido violentado pelo sistema de desenvolvimento do modelo

capitalista hegemônico de várias formas e que, por outro lado, as resistências antagônicas a esse modelo de desenvolvimento se apresentam mobilizando as lutas por terra e território, no intuito de defender seu uso social e seu conjunto de signos para muito além de uma finalidade exclusivamente econômica, de coerção e exploração.

Há 16 anos se iniciava uma luta do MST em Chapecó no confronto com aquilo que Oliveira (2016) denomina como atuação da burguesia na solidificação da propriedade privada. Contra essa solidificação é que a questão agrária confrontou seus territórios, uma vez que, como em outros casos, a Fazenda Seringa representava uma extensa área de terra privada e que não cumpria com sua função social. A apropriação e a conquista por parte do MST fora materializada no território, entretanto, esse território ainda tem territorialidades e identidade invisibilizada no mapa do município.

A invisibilidade do Assentamento no mapa, nas placas de identificação que (não) levam até o Assentamento e no discurso hegemônico que se criou em Chapecó, que ancorado à Ideologia do Desbravador enaltece os coronéis e estigmatiza a luta de comunidades tradicionais e dos povos originários, foram questões que incitaram o objetivo de cartografar a luta dos Sem Terra, valorizando suas próprias histórias de acampados a assentados e seus próprios símbolos de reconhecimento espacial, protagonistas de suas territorialidades.

Para geo-grafar esse conjunto de signos, símbolos e identidades, a estratégia metodológica de cartografar, de maneira colaborativa e participativa, as lutas e as resistências dos assentados do Dom José Gomes, compreende que a elaboração de um mapeamento traz consigo o intuito de identificar as territorialidades produzidas pela comunidade na história de vida que é construída por ela, em meio às atrocidades inesperadas. O mapeamento tem por objetivo transparecer um sistema de objetos que podem (re)significar a história social e cultural da organização e fixação das comunidades. Consequentemente, pode vir a ser um instrumento de defesa e preservação do espaço e dos recursos associados aos modos de vida da comunidade.

Cartografar essa luta pela terra e pela manutenção da identidade de vida no território é apontada como alternativa metodológica para dar visibilidade ao Assentamento Dom José Gomes, através de construções conjuntas e colaborativas. Assim, o que se compreende como a elaboração de um mapa colaborativo, traz consigo o intuito de contribuir na (re)afirmação da comunidade e sua vida no território, pois o mapa é considerado um instrumento enraizado em uma história que a própria comunidade ajuda a construir (WOOD, 1993, apud ACSELRAD, 2015, p.8).

O caminho metodológico proposto inicialmente compreendia a elaboração de uma Cartografia Social, que se constitui como “um ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos” (de acordo com GORAYEB e MEIRELES, 2014, em entrevista à Rede Mobilizadores). Essa metodologia considera principalmente a participação dos sujeitos pertencentes ao território na construção coletiva do mapa da comunidade ou do território em questão. Entretanto, em razão de algumas adversidades de tempo e encontro da maioria dos Assentados Dom José Gomes, foi necessário adaptar o encaminhamento proposto. Assim, como o Assentamento estrutura-se em três Núcleos de organização, juntamente com alguns Assentados, optamos pela elaboração coletiva do mapa dentro dos próprios Núcleos, resultando em três croquis manuais, cada um correspondendo a uma parte do território do Assentamento (a de cada Núcleo) que foram posteriormente unidas e cartografadas no software QGIS de elaboração de mapas digitais. Assim, a estratégia metodológica passou a conformar um mapeamento social e não mais a Cartografia Social.

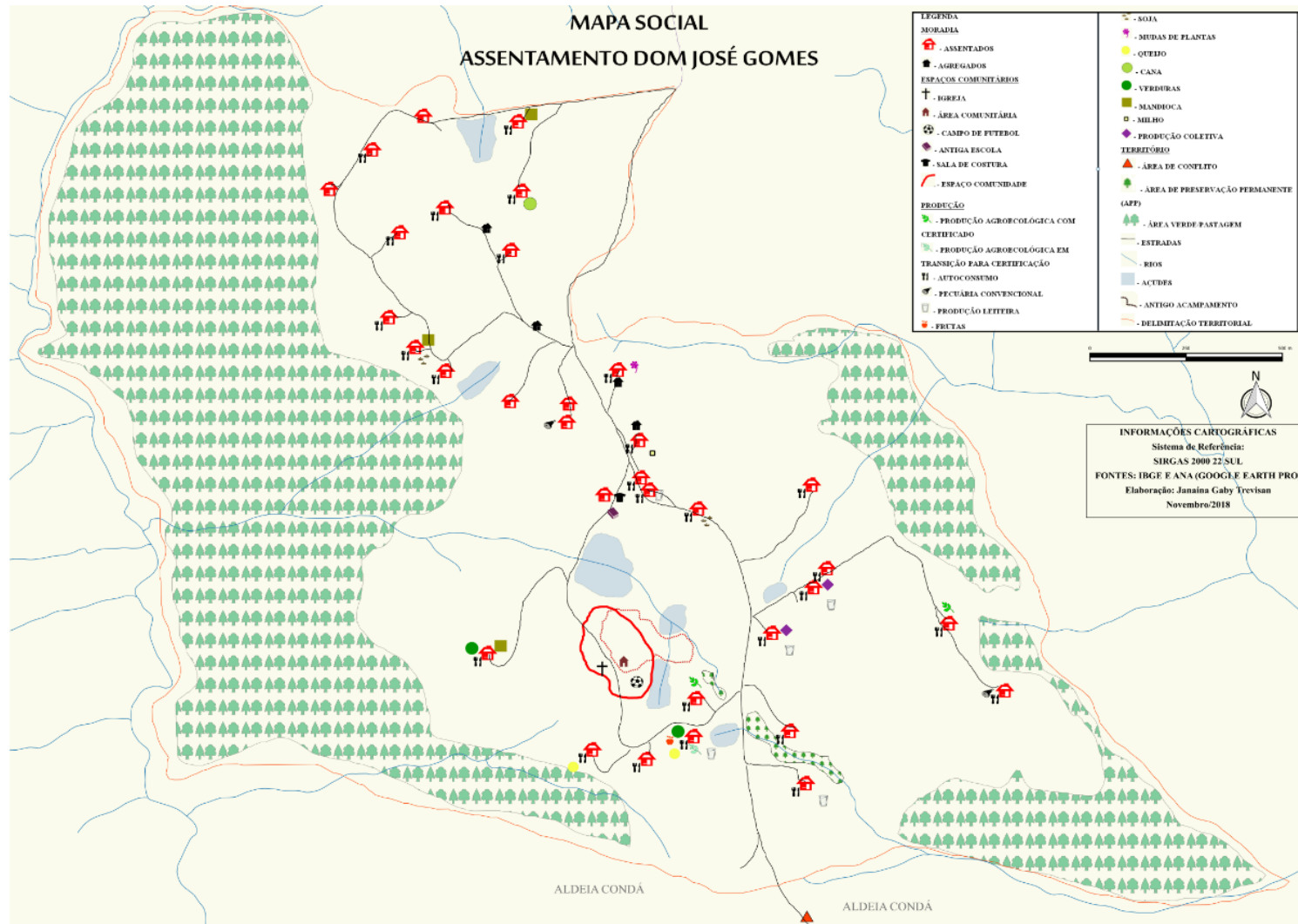
Foi sugerido aos Assentados que identificassem no desenho dos mapas aquilo que era importante, do ponto de vista dos Assentados, destacar no mapa. Os desenhos retornaram com identificação das ruas, casas, açudes, fronteira com a Reserva Indígena, tipos de produção em cada lote, casas de agregados, área comunitária (com destaque ao símbolo da Igreja), Áreas de Preservação Permanente (APP) e área de produção coletiva. Ao mesmo tempo em que os Assentados produziam esses esboços (aproximadamente duas semanas para a elaboração), nosso trabalho foi coletar algumas coordenadas geográficas, que posteriormente foram inseridas nas plataformas digitais (Google Earth), identificando os símbolos manuais que haviam sido desenhados pelos Assentados.

A elaboração do mapa social (Figura 11)¹³ problematiza a colonialidade do poder, imposta em escala local, na medida em que a representação cartográfica, por possuir íntima ligação com o território que visibiliza, permite a reprodução de símbolos que traduzem territorialidades que são apontadas pelos Assentados, a partir de signos traduzidos no mapa como ferramentas de reconhecimento e importância do território para os sujeitos. Desse modo, o caráter social atribuído ao mapa do Assentamento Dom José Gomes, contradita a cartografia tradicional, contestando o poder atribuído aos mapas elaborados por instituições

¹³ Para melhor visualização, na sequência da Figura 11, o mapa foi impresso de forma ampliada, de maneira a facilitar o entendimento dos símbolos da figura.

e/ou empresas privadas ligadas às ordens institucionais de seletividade do poder e do próprio território.

Figura 11 – Mapa Social do Assentamento Dom José Gomes.



Fonte: Elaboração de Janaína Gaby Trevisan (2018) a partir da elaboração dos croquis representados pelos Assentados do Assentamento Dom José Gomes.

Além disso, o mapeamento social do Assentamento demonstra que no espaço vazio e sem identificação, que aparece no mapa do município de Chapecó, existe um território que exerce função tanto de recurso quanto de abrigo (SANTOS, SILVEIRA, 2011). Ora é recurso, pois algumas famílias assentadas tem sua única fonte de renda através da produção que desenvolve no seu lote, conforme indicado no mapa e ora é abrigo porque a construção de identidade dos Sem Terra está relacionada à conquista da terra, que representa a constelação de signos que constituem o MST.

De todo modo, visibilizar o território não se reduz à produção do mapa social, isto é, não devemos cair “na armadilha de acreditar que simplesmente o contexto da diversidade é suficiente para perturbar estruturas de poder” (ROCHA, p. 66, 2015). Com esse propósito é que a produção do mapa que aponta para o território do Assentamento Dom José Gomes pretende ser, adiante, reconhecido pelas instituições políticas e de poder, como efetivação e legitimação de um território e de uma comunidade alternativa aos moldes colonizadores coronelistas de Chapecó.

A pluralidade de símbolos encontradas no mapa demonstram as geo-grafias que os mapas tradicionais não demonstram, a começar pela própria identificação da área em “Assentamento Dom José Gomes” e não apenas uma área na Linha Água Amarela como um espaço isento de lutas, resistências e enfrentamentos. De acordo com o mapa, as famílias assentadas desenvolvem desde produção para o próprio consumo, pecuária convencional (Figura 12), mandioca, milho, soja, cana, mudas de plantas, até produções que geram fonte de renda, como por exemplo, a produção agroecológica com certificação, produção leiteira, frutas, verduras e queijo (Figuras 13 e 14). Há também uma propriedade em processo de transição para produção agroecológica com certificação, o que resultará num total de 03 famílias com agroecologia certificada.



Fonte: Arquivo pessoal de Janaína Gaby Trevisan (2018).

Figura 13 – Propriedade em fase de certificação de produção agroecológica.



Fonte: Arquivo pessoal de Janaína Gaby Trevisan (2018).

Figura 14 – Produção de banana agroecológica.



Fonte: Arquivo pessoal de Janaína Gaby Trevisan (2018).

A identificação de conflito correspondente à área destacada no mapa, na fronteira com a Reserva Indígena, além de constar no mapa do Diagnóstico do Assentamento (2015), representa o avanço dos indígenas nas terras do Assentamento. Esse conflito, pelo menos até o presente momento, não se desdobra em relações pessoais conflituosas, entre indígenas e assentados, mas sim, em processos que tramitam na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pela reivindicação da extensão das áreas indígenas, que podem acarretar na sobreposição da Reserva em terras que hoje pertencem aos Assentados. Apesar de simbolizar uma área de conflito, a relação entre indígenas e assentados sobre essa concessão, não se sobrepõe ao objetivo comum que ambas as comunidades carregam em suas lutas, que é a contenção do avanço do capitalismo por meio do agronegócio perverso e da extensão do latifúndio na região – ou seja, acesso à terra e ao território. Assim sendo, os indígenas ocupam informalmente (ainda sem resolução entre o INCRA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI) parte da área que por lei, pertence ao território do Assentamento.

A delimitação do antigo acampamento corresponde hoje, à maior parte dos espaços comunitários que o Assentamento preserva, tais como a Igreja, a área comunitária e o campo

de futebol. Esse foi o local de realização da festa em comemoração aos 10 anos do Assentamento Dom José Gomes, momento onde o produto final do mapa fora apresentado à comunidade (Figuras 15, 16 e 17). É parte do espaço comunitário, também, a antiga escola, que se tornou a sala de costura quando o Assentamento fora contemplado com o projeto “Costurando Sonhos”.

Figura 15 – Espaço comunitário do Assentamento Dom José Gomes.



Fonte: Arquivo pessoal de Janaína Gaby Trevisan (2018).

Figura 16 – Realização de celebração - Festa da Conquista, em 11 de novembro de 2018.



Fonte: Arquivo pessoal de Janaína Gaby Trevisan (2018).

Figura 17 – Exposição do mapa na Festa da Conquista, em 11 de novembro de 2018.



Fonte: Arquivo pessoal de Janaína Gaby Trevisan (2018).

Os símbolos que identificam os “agregados” se referem aos familiares dos assentados proprietários dos lotes, que foram incorporados ao Assentamento, nos respectivos lotes, com a concessão de parte da área para a finalidade de agregar os familiares.

A representação cartográfica compreende assim, conforme Cruz (2013), os movimentos sociais que lutam contra as diferentes formas de subalternização material e simbólica, contra os preconceitos e a estigmatização e pela afirmação de suas identidades a partir dos seus próprios símbolos e modos de vida. Desenvolver um mapa resultante dos esboços dos próprios Assentados que se propuseram a somar na pesquisa, pode possibilitar a visibilidade e o protagonismo específicos da forma de organização do Assentamento Dom José Gomes, na afirmação de sujeitos políticos que ainda se denominam Sem Terra, na luta pelo exercício e na garantia de direitos relacionados às suas territorialidades e identidades territoriais (CRUZ, 2013). Reconhecer o território a partir dos sujeitos pode ainda, contribuir no entendimento de que Sem Terra é uma condição de identidade e que a luta não encerra quando a terra é conquistada. A luta é contínua.

3.3 DEZ ANOS DE ASSENTAMENTO: ENTRE A IDEOLOGIA DO DESBRAVADOR, A R-EXISTÊNCIA E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR

A fase de transição de Acampamento para Assentamento Dom José Gomes é marcada, de um lado, por conquistas da luta por terra e território e pela articulação expressiva do MST em expropriar um latifúndio para a territorialização de uma área de Reforma Agrária e, de outro, por rachaduras que acabam, de certo modo, desmobilizando e abrindo lacunas para o avanço do capitalismo no campo, tanto de forma econômica, quanto cultural e social. Oliveira (1989), já refletia sobre o caminho que tomara o campo brasileiro, que “no seio das contradições do desenvolvimento capitalista do país, vai forjando sua unidade de luta na diversidade das suas origens” (OLIVEIRA, p. 55, 1989), apontando para duas direções de permanência na terra: diversa e contraditória. Por isso, compreendemos que hoje, coexiste no Assentamento Dom José Gomes marcas que possuem ancoragem na Ideologia do Desbravador, ações/movimentos de r-existência e a ansiedade de se instituir cada vez mais um projeto de reforma agrária popular.

Na direção da diversidade da luta, em sua trajetória de consolidação, o Assentamento Dom José Gomes, de acordo com relatos dos Assentados, foi o primeiro movimento do MST

a ocupar as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) na reivindicação do acesso a rede elétrica, uma vez que havia promessa da oferta do Programa Federal “Luz Para Todos”, mas esse nunca chegava até o Assentamento. Portanto, para garantia desse direito, os Assentados ocuparam a CELESC e, num prazo de 30 dias a Central deveria fazer a instalação da rede elétrica. Relatos apontaram que no 25º dia de mobilização, a Central efetivou a implantação e implementação do serviço no Assentamento.

Outro ponto importante destacado nos diálogos é o espaço que o Assentamento Dom José Gomes proporcionou às escolas. Por ser o primeiro Assentamento consolidado em Chapecó, muitas escolas da rede básica visitavam - e ainda visitam - o lugar para conhecer de perto um exemplo de território alternativo no município. Um exemplo simbólico dessa visita foi a presença da Escola de Educação Básica Pedro Maciel, que levou aproximadamente 1.500 alunos para compreender a dinâmica, a organização e a luta do MST territorializada.

Sobre a Organização do Trabalho e Ocupação, relatados no Diagnóstico do Assentamento (2015), os Assentados ressaltaram a conquista de alguns empreendimentos econômicos solidários que consideram mais relevantes, apontados em suas próprias falas. Tais programas surgiram como uma forma de criar grupos econômicos de atuação interna no Assentamento, no intuito de resgatar relações sociais dos moradores, além de ser outra fonte de renda das famílias.

Desses empreendimentos, destacam-se as associações: “Sabor da Conquista” que consistia na construção de uma padaria coletiva, com destinação de crédito à um grupo de mulheres associadas à padaria e a “Costurando Sonhos”, que nasceu da vontade das mulheres do Assentamento Dom José Gomes de buscar novos conhecimentos coletivos e para complementar renda familiar, que tinha por objetivo construir um grupo de costura, onde ainda hoje permanece o local concedido à Associação, mas que está inativo e destina-se à reuniões dos Assentados. Ambos os programas acabaram se desmantelando com o tempo, demonstrando aquilo que pode ser visto como sendo algumas facetas de enfraquecimento da perspectiva da permanência e resistência do coletivo.

Durante os encontros com os Assentados, identificamos que existem desafios perenes na consolidação e na manutenção do território contra hegemônico. A legalização da terra, em lotes, de certa forma mitigou a fervorosa luta que se reinventava todos os dias durante os quase sete anos de ocupação. Essa contundência tem origem em algumas questões específicas do território, tais como a proximidade com a cidade de Chapecó, que implicou no distanciamento de alguns Assentados da relação com o Assentamento propriamente, uma vez

que muitos Assentados não dependem do Assentamento para fonte de emprego e renda, mas sim, estão se deslocando para trabalhar na cidade.

Assim - com exceções de algumas famílias que estão estritamente e economicamente relacionados com a produção que desenvolvem no lote - a função social da terra não é mais a principal fonte de renda para a maioria, ou seja, nem todos os Assentados vivem da agricultura e alguns, inclusive, destinam parte da terra para arrendamento e fazem uso de agrotóxicos e/ou outros produtos que divergem da lógica da apropriação da terra para fins de produção no seio do Movimento.

Alguns imbróglis jurídicos de posse e uso do lote também acabam acalorando algumas discussões internas, relatadas pelos próprios Assentados, como por exemplo, a legalização do lote de uma caseira que já se encontrava na área antes desta ser ocupada pelo MST e que hoje conseguiu a legitimação da terra, bem como o acesso aos direitos e benefícios que os Assentados receberam quando da consolidação do Assentamento. A inserção de agregados também aumentou a população do Assentamento com a entrada de familiares, amigos e/ou conhecidos de Assentados beneficiados com o lote, entretanto, esses moradores não possuem a identidade de Assentado Sem Terra e muitas vezes também fazem uso do território apenas como moradia, não para fins de fonte de renda.

A questão estrutural do Assentamento também pode ser visto como um fator que atingiu o espírito de coletividade do Assentamento, uma vez que a distribuição de áreas limitou um pequeno espaço para criação/produção para que a família pudesse sobreviver apenas do Assentamento, com um mínimo de conforto, concomitante à organização por Núcleos que por vezes acaba sobrecarregando algumas pessoas com diversas responsabilidades coletivas. No que concerne à organização e ao apoio estrutural externo, os Assentados relatam que até hoje a Prefeitura presta uma assistência mínima. Uma das reivindicações desde o início do Assentamento foi a melhora no acesso nas estradas do Assentamento, e até o momento nada foi efetivamente feito para essa benfeitoria.

Ainda constituem pautas do Assentamento a construção de um cemitério comunitário, de um Centro de Educação Infantil (CEIM), de um poço artesiano, melhoria das estradas e acessibilidade aos programas de saúde, como por exemplo, a implantação de um Centro de Saúde da Família para consultas em geral.

Mesmo diante deste cenário, após os 10 anos de Assentamento, uma parcela significativa de Assentados destacam algumas características que se fizeram prevalecer durante toda essa trajetória, tais como a resistência e a persistência que conduziram os primeiros movimentos, desde a constituição do Acampamento, em 2002, que não deixaram

que a maioria dos Assentados desistisse da luta; a solidariedade, condição essencial para a durabilidade e o enfrentamento do Assentamento diante do cenário coronelista pelo qual Chapecó conta sua história e seus princípios éticos e morais, uma vez que o Assentamento, diante da elite chapecoense, se apresenta como um movimento fora da ordem, pois contradita e não se submete totalmente à lógica do capital agroindustrial que fora imposto e condicionado pela Ideologia do Desbravador como sendo o “único” e “correto” projeto de desenvolvimento da região.

Consolidar a identidade “Sem Terra” nesse contexto moderno-eurocentrado-capitalista-colonial, também consiste em um dos desafios dos sujeitos Assentados, uma vez que parte da sociedade chapecoense ainda produz estigmatização negativa das comunidades tradicionais presentes na conformação do território, dentre elas, o Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A ausência das formações de base (núcleo de estudos sobre política, sociedade e etc.) também endossa a desmobilização pela reafirmação da identidade Sem Terra, que é ainda, motivada pelo contexto político-econômico-social que se apresenta hoje e pela proximidade com a cidade e com a dinâmica de vida urbana.

Por último e não menos importante, o entrave e as consequências da ausência de uma Reforma Agrária efetiva também implicam na nebulosidade que assombra a resistência do Assentamento, isso porque o projeto de Reforma Agrária que se reivindica, não exige apenas a redistribuição das terras no combate ao latifúndio, mas sim, a democratização dessas terras, “efetivando o caminho inverso do êxodo rural e o combate ao latifúndio, bem como local de vivência social e produção agrícola para a subsistência das famílias camponesas e o fortalecimento do mercado interno nacional” (MST, 2016).

Esse abandono aos territórios tradicionais respinga na desestruturação dos Movimentos Sociais que exigem o direito pela terra, como no caso do Assentamento Dom José Gomes, pois em nada o projeto de Reforma Agrária contribui para evitar o sucateamento da agricultura familiar e camponesa e para frear o êxodo rural e/ou o avanço do capitalismo agrário.

Assim, com o projeto de Reforma Agrária inviabilizado pelo Estado brasileiro, o que se protesta desde 2007 é a construção de um projeto de Reforma Agrária Popular que possibilite a implantação de um novo modelo agrícola para o campo, sobretudo uma estratégia e o estabelecimento de um sistema em contraposição ao agronegócio, com uma matriz baseada em produção agroecológica, de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, considerando o papel crucial dos Assentamentos para a solidificação dessa Reforma (MST, 2016).

Para isso, Oliveira (1986) sustenta que “a luta pela terra não pode se restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital” (OLIVEIRA, p. 81, 1986). A ineficácia da Reforma Agrária, em determinados lugares, aguça a instabilidade da luta, uma vez que essa não está associada somente à conquista da área territorial, mas sim, a progressões econômicas, sociais, políticas e culturais.

4 PARA FINALIZAR

A América Latina abriga territórios de colonização que nasceram com instrumentos que irão sustentar a emergência e o fortalecimento do capitalismo internacional, sendo “prósperas peças da engrenagem mundial que sangrava as colônias e as semicolônias”, onde “o latifúndio se consolidou sobre a espoliação” (GALEANO, p. 158-159, 2017). Ainda que fora (im)posto esse cenário latino-americano, as diversas formas de vida heterogêneas, que não cabem na vias hegemônicas, potencializaram diferentes formas de viver e de ser (ZIBECHI, 2015). A ausência de uma efetiva Reforma Agrária e do papel do Estado no Brasil, por exemplo, obrigaram tais formas de vida a pensar em novas práticas e narrativas de luta, (re)significando e sustentando territórios em suas reconstruções cotidianas.

Essas recomposições territoriais, provenientes de uma nova onda neoliberal na atualidade, talvez a maior reconfiguração territorial em cinco séculos, conforme aponta Zibechi (2015), têm influência de atores principais: Estado, instituições e empresas multinacionais que atuam, verticalmente e autoritariamente, na precarização de áreas ocupadas por comunidades tradicionais e movimentos sociais, precarização pela qual a Reforma Agrária se faz ineficaz.

As epistemologias decoloniais (ou pós-coloniais) nos permitem intensificar as reflexões diante desse cenário político – principalmente – latino-americano esfacelado, abrindo possibilidades de discussões que serão denominadas, de acordo com Cruz (2013) como “giro territorial”, potencializando a tendência de ampliar nossa capacidade de compreensão da territorialização das lutas sociais, nas quais o território ganha dupla centralidade no contexto das lutas dos movimentos sociais na América Latina: uma centralidade analítica e política, ou seja, como categoria de análise e como categoria de práxis.

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) apontam para o desenho de uma tendência a formar uma sociedade e um território-mundo, sobretudo em razão da rede capitalista que se difunde em todos os cantos do mundo, e que ao mesmo tempo, se fragmenta em novos territórios nacionais e regionais. É a partir desse giro territorial, que perpassa por tantas escalas de luta, que centralizamos o olhar geográfico na compreensão do processo de reconstrução de territórios na região Oeste catarinense, convergindo para as territorialidades vivenciadas pelo Assentamento Dom José Gomes. Isto é, a esse grande sistema-mundo moderno-colonial que vem sendo discutido nos últimos anos, está também a produção do território do Assentamento e dos sujeitos que o constituem, uma vez que “(...) o território não

é externo a sociedade que o constitui. Ele abriga com suas contradições e, por isso, contém, sempre, múltiplas territorialidades em potencial” (HAESBAERT, PORTO-GONÇALVES, p. 14, 2006).

Desta maneira, o território ganha novo sentido a partir das vivências de sujeitos pertencentes às comunidades tradicionais, uma vez que a relação destes com a terra sobrepassa exclusivamente a lógica de desenvolvimento agrário capitalista, mantendo com o território em que estão assentados, uma relação semiótica, sobretudo, de identidade e de sociedade.

Podemos entender o desdobramento da verticalização de domínio político-econômico-social em Chapecó, a partir daquilo que Quijano (2010) refletiu sobre a pedra angular do padrão de poder, isto é, alguns poucos exercem poder sobre a organização espacial e de vida da sociedade, comportamentos que apontam para os vestígios de uma colonialidade eurocêntrica, tomada como padrão do poder capitalista e sustentada na imposição de uma classificação racial/étnica da população que confere àquilo que os traços colonialistas pregam como éticos e morais.

As sombras que marcam a colonização coronelista de Chapecó, infelizmente, ainda obscurecem o surgimento de pessoas, movimentos, coletivos, instituições e outros espaços que contestam a Ideologia do Desbravador, tão presente na organização social, política e econômica no município. Refutar essa lógica partindo de um estudo acerca de territorialidades do Assentamento Dom José Gomes nos faz compreender que é preciso enxergar além do tempo em que vivemos hoje, no sentido de transparecer as histórias que foram silenciadas pelo poder público e pelas parcerias privadas que aqui se instalaram, visibilizando e viabilizando alternativas e horizontes de (re)significações aos sujeitos invisibilizados.

Apesar de todas as contradições, a trama da construção do Assentamento Dom José Gomes em Chapecó, a resistência de Acampados à Assentados em um lugar que há meio século era considerado inóspito por habitação, mas violento e perigoso pelas condutas sociais, no interior de uma sociedade capitalista como a que se perpetua na contemporaneidade, lançar-se na resistência desse sistema tem sido um desafio e um ato de coragem, contrapondo-se àquilo que o sistema hoje dita como regra.

A exemplo dessa negação do que se trata como projeto de desenvolvimento em Chapecó, encontramos no MST a disposição a (sobre)viver em meio a tanta subversão praticada na falsa moral capitalista-coronelista. Gohn (2013) coloca que os movimentos de resistência sempre existiram e sempre existirão, pois representam as forças sociais organizadas que somam sujeitos que reinventam e dão sentido às lutas presentes. Diante da

adversidade que enfrentam os movimentos, em seus atos de r-existência, são o pulsar da sociedade projetando um horizonte com sentimento de pertencimento social, não como reprodução de um imperialismo agroindustrial que se apresenta há mais de 40 anos.

Quando questionamos a ausência da identificação do Assentamento no mapa de Chapecó, não estamos discutindo apenas elementos cartográficos e/ou técnicos e aspectos, por excelência, geográficos, de um mapa. Mas sim, estamos nos opondo ao discurso moderno-colonial-eurocentrado-capitalista-patriarcal que constitui pano de fundo para o desenvolvimento hegemônico de agroindústrias que inviabilizam o protagonismo e valores da produção tradicional dos Sem Terra, ou então, o seu modo próprio de produzir, ancorado nas pautas e discussões do MST como um todo. A partir do momento que cartografamos a comunidade de acordo com a história e com as territorialidades que ela mesma julga importante, estamos querendo demonstrar que a lógica coronelista não se aplica de maneira contundente em todos os espaços e que estamos dispostos a re-geo-grafar os territórios de forma contra-hegemônica, no ensejo de narrar as territorialidades a partir de outras perspectivas que desconstruam os discursos colonizadores aqui preconizados. Xaçepó ainda r-existe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H., GUEDES, A.D., JABACE, L. (orgs.) **Cartografias Sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2015. 166p.

ALBA, R.S. (et al.). Dinâmica populacional no oeste catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios. In: BRANDT, M., NASCIMENTO, E. (org.) **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro & João Editores, Chapecó, UFFS, 2015, 242p.

ALBA, R.S. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013.

BEDIN, M. V., NASCIMENTO, E. Urbanização e segregação socioespacial em Chapecó, Santa Catarina, Brasil: bases histórico-geográficas. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, LIMA – PERU. **Anales**. Lima: Unión Geográfica Internacional, 2013. v. 14. p. 1-19.

BRUNETTO, I. Contribuição de Dom José Gomes para o surgimento e o fortalecimento do MST. In: UCZAI, P (org.) **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Argos. 2002. 329 p.

BOGO, A. O bispo dos sem terra. In: UCZAI, P (org.) **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Argos. 2002. 329 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **História de Chapecó**. Disponível em <<http://www.cmc.sc.gov.br/2012/index.php/o-municipio>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Vereador Cleber Ceccon tem requerimento aprovado à medalha Dom José Gomes**. Disponível em <<http://cmc.sc.gov.br/2012/index.php/31-em-destaque/1195-vereador-cleber-ceccon-tem-requerimento-aprovado-a-medalha-dom-jose-gomes>>. Acesso em 21 de novembro de 2018.

CALDART, R. Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras. Online**, v. 3, n.1, p. 50-59, Jan./Jun. 2003.

CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. - Chapecó: Argos, 2005. 207 p.

COIMBRA, E.A D. Importância histórica e atuação do MST nos Assentamentos Segredo I e Segredo II em Lebon Régis - SC no período de 1984 à 2006. In.: DIAS, V.L.N., DOS SANTOS, M.A.(org) **Da sementeira à colheita: o MST e a dinâmica nas pequenas cidades**. Florianópolis: Insular, 2012.

COOPTRASC. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dom José Gomes (PDA)** – Chapecó – Santa Catarina. Cooperativa dos trabalhadores da reforma agrária de Santa Catarina. 2009.

COORDENAÇÃO ESTADUAL MST/SC. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. In.: UCZAI, P. (org.) **Os últimos 500 anos de dominação e resistência**. Chapecó: Argos, 2001, 252 p.

CORRÊA, R.L. **Monumentos, política e espaço**. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN:1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. IX, núm. 183. 15 de febrero de 2005. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-183.htm>>. Acesso em 05 de julho de 2018.

CRUZ, V. C. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. (org.) **Cartografia social, terra e território**. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 318p.

CRUZ, V.C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V.C., OLIVEIRA, D.A. (org.) **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes do pensamento crítico**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

DIOCESE DE CHAPECÓ. **Dom José Gomes**. Disponível em <<http://diocesechapeco.org.br/diocese/dom-jose-gomes>>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre (RS). L&PM, 2017. 392p.

GERHARDT, Marcos. Os caboclos e a história da paisagem. In.: ZARTH, Paulo A. (Org.). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

GOHN, Maria da Glória (org.). Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In.: **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 6 ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

GORAYEB, A. MEIRELES, J. **Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles: entrevista**. Entrevistadora: Eliane Araujo. Rede Mobilizadores. 2014. Disponível em <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>. Acesso em 16 de dezembro de 2018. Entrevista concedida ao Eixo de Meio Ambiente, Clima e Vulnerabilidades.

HAESBAERT, R., PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 160 p.

HASS, M. **O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950 - 1956**. Chapecó: Argos, 2003. 184 p.

HASS, M. **OS PARTIDOS POLÍTICOS E A ELITE CHAPECOENSE: um estudo do poder local - 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2000. 339p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra apresenta dados sobre assentamentos na Câmara Abelardo Luz/SC**. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-apresenta-dados-sobre-assentamentos-na-camara-de-abelardo-luzsc>>. Acesso em 21 de novembro de 2018.

MENDONÇA, M.R., CARNEIRO, J. D. P. L. **(RE)EXISTÊNCIA CAMPONESA NOS TERRITÓRIOS HEGEMÔNICOS DO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO GOIANO**. XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS – A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. 24 a 30 de julho de 2016. São Luís/MA. Disponível em < http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467686467_ARQUIVO_ArtigodoENG2016esse.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O papel da Reforma Agrária Popular no Brasil**. Disponível em < <http://www.mst.org.br/2016/09/26/o-papel-da-reforma-agraria-popular-no-brasil.html>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto. 2. ed. 1989.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STEDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016. 362 p.

ORO, I. P. Dom José e a luta dos sem terra. In: UCZAI, P (org.) **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Argos. 2002. 329 p.

ORO, I. P. Dom José e as lutas sociais. In: UCZAI, P (org.) **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Argos. 2002. 329 p.

ORO, I. P., FIORENTIN, V. Dom José e as lutas dos pequenos agricultores. In: UCZAI, P (org.) **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Argos. 2002. 329 p.

POLI, O. L. O contexto histórico do oeste catarinense. In: UCZAI, P (org.) **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Argos. 2002. 329 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. GEOgrafia – Ano VIII – N 16. – 2006. Disponível em < www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/download/203/195>.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15 ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: MENESES, M.P., BOAVENTURA, S.S. (org.) **Epistemologias do Sul**. – São Paulo : Cortez, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. Vol. 29 – Editora Ática : São Paulo, 2011.

RENK, A. **Narrativas da Diferença**. Chapecó: Argos, 2004. 160p.

ROCHA, O. G. **NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS NOS ENREDOS DA COLONIALIDADE DO PODER**. Curitiba, 2015. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39122/R%20-%20D%20-%20OTAVIO%20GOMES%20ROCHA.pdf?sequence=1>>. Acesso em 28 de maio de 2018.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 475p.

SAQUET, M. A. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em Geografia Agrária. In: MARAFON, J.; SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C. (org.) **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1 ed. - São Paulo : Outras Expressões, 2011. 412p.

SOUZA, A. A. D. **A invasão das terras Kaingang nos Campos de Palmas. O processo contra a liderança indígena Vitorino Condá (1839-44)**. Mediações, londrina, v. 19 n. 2, p. 43-61, Jul./Dez. 2014. Dossiê – Estudos sobre as sociedades Jê (Kaingang e Xokleng) no sul do Brasil. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/20697/15763>>. Acesso em 16 de dezembro de 2018.

UCZAI, P (org.) **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Argos. 2002. 329 p.

UCZAI, P. Os últimos 500 anos. In.: **Os últimos 500 anos de dominação e resistência**. Chapecó, Argos. 2001. 252 p.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ). **DIAGNÓSTICO DO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES**. Chapecó, dezembro de 2015.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ). **Quando a capital do oeste era Xapeco**. Disponível em <<https://www.unochapeco.edu.br/ceom/noticias/quando-a-capital-do-oeste-era-xapeco-2>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

VICENZI, R. **Colonizadora Bertaso e a (des)ocupação no Oeste Catarinense**. Cadernos do CEOM - Chapecó. Argos, 2006. n. 25. 416p.

XAVIER, M. **O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó - Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2016. 160p.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias latino-americanas**. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.